

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

2015-2018

GOVERNADOR

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

VICE-GOVERNADOR

CÉSAR COLNAGO

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

GUSTAVO DEBORTOLI

SUBSECRETÁRIO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

VINICIUS XAVIER TEIXEIRA

SUBSECRETÁRIO DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

GUILHERME PACÍFICO DA SILVA

SUBSECRETÁRIO DE INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO CORRECIONAL

JOSÉ MONTEIRO JUNIOR

COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR

CEL MARCOS ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO

DELEGADA-CHEFE DA POLÍCIA CIVIL

GRACIMERI VIEIRA SOEIRO DE CASTRO GAVIORNO

COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

CEL CARLOS MARCELO D'ISEP COSTA

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 MAPA DA ESTRATÉGIA	7
3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	12
4 IDENTIDADE ESTRATÉGICA	27
5 MODELO DE GESTÃO	33
6 PORTFÓLIO DE PROJETOS	39

1 APRESENTAÇÃO

O enfoque nas questões relacionadas à criminalidade violenta no país tem sido alvo de discussão nos últimos anos nos mais diversos setores da sociedade brasileira. Particularmente, no Espírito Santo, a preocupação com a evolução dos índices criminais constitui um dos temas centrais da agenda pública. O Estado, que durante anos ocupou os primeiros lugares do ranking nacional de homicídios dolosos, a partir de 2010, iniciou um lento mas contínuo **processo de queda dos índices de criminalidade violenta**.

O **histórico do problema da violência e criminalidade** no Espírito Santo envolve uma série de fatores conjunturais que emergiram no Espírito Santo a partir da expansão do desenvolvimento regional na década de 1970. Apesar do progresso das atividades empresariais e a geração de emprego e renda no Estado, a ausência de planejamento urbano somado ao adensamento populacional, refletiu em sérios problemas sociais no espaço urbano (a exemplo, as dificuldades no acesso à moradia, a serviços públicos como o de saúde e educação e no aumento de ocorrências criminais em determinadas localidades).

Pode-se acrescentar ainda ao cenário descrito – que refletiu nas altas taxas de homicídios e de violência letal entre os anos de 1999 e 2009 – outros aspectos como: as marcas de uma cultura capixaba caracterizada por padrões de masculinidade motivadores de atos violentos contra a mulher, a alta disponibilidade e circulação de armas de fogo, a intensificação do tráfico de drogas e a ausência durante o exercício de mandatos governamentais, nas diferentes esferas de poder, de políticas públicas consistentes na área da segurança pública.

A reflexão acerca do enfrentamento à criminalidade e a visão em torno do policiamento foi tratada durante um longo período pela **postura meramente reativa no trato da segurança pública**. Neste viés, a estrutura das organizações militares foi influenciada pelo conceito de segurança limitado à responsabilidade das Polícias estaduais, o que refletia em ações de enfrentamento ao crime a partir de métodos anacrônicos, imediatistas e pouco eficientes.

No país, somente na década de 90 observaram-se alguns **esforços em determinados estados na área da segurança pública** voltados à superação das práticas tradicionais de policiamento – fruto da pressão pública diante dos elevados índices de criminalidade que exigiam mudanças no sistema de gestão da segurança. No Espírito Santo, como se lê no Gráfico 01, as taxas de homicídios a partir de 1999 não atingiram índices abaixo de 50 por grupo de cem mil habitantes, ou seja, o dobro da taxa de homicídios do país (atingia entre 26 e 28 homicídios por cem mil habitantes). Igualmente ao posicionamento de alguns estados (como Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais) que ao longo dos anos 2000 deram início à elaboração de planos e execução de políticas de segurança, a partir de 2009, **o Espírito Santo começou sua trajetória promissora na segurança pública.**

Seguindo a tendência nacional, a segurança pública passou a ser tratada no debate público como um ramo de atuação que ultrapassa a estrutura das organizações militares. A **violência e criminalidade compreendidas de maneira ampliada e sistêmica como fenômenos sociais**, inerentes à convivência social, passaram a ser interpretadas a partir de suas causas e fatores cujas raízes são de ordem econômica, urbana e política. As ações e estratégias formuladas com base nesta nova perspectiva assumiram como prioridade o enfrentamento qualificado ao crime, a prevenção à violência e criminalidade e a associação de ações policiais com ações sociais.

Considerada uma das experiências de destaque na gestão da área de segurança do país, no Espírito Santo **a política pública aliou um conjunto de esforços do aparelho estatal** que incluiu (i) investimentos na modernização das estruturas das agências policiais, (ii) ações de repressão qualificada e de adequação estratégica com foco no policiamento intensivo em áreas caracterizadas pela vulnerabilidade social e (iii) ações estratégicas voltadas especialmente para a prevenção da violência letal. Com o aperfeiçoamento da política, (iv) novos atores do sistema de segurança pública e justiça criminal foram incluídos no processo de acompanhamento dos indicadores criminais (como o Ministério Público, Poder Judiciário e outros), além disso, acrescenta-se (v) a utilização de novas tecnologias no trabalho policial, (vi) a integração entre as forças policiais estaduais, (vii) o fortalecimento da rede de proteção social com ênfase nos grupos vulneráveis (como jovens e mulheres), (viii) a articulação e integração entre

os diversos atores e instituições em torno da prevenção à violência e redução dos fatores de risco (como as áreas da saúde, educação, saneamento básico, emprego e renda); entre outros aspectos.

Os **impactos da política de segurança** implementada no Espírito Santo a partir de 2009 apresentaram resultados altamente significativos. Considerando o período de redução continuada dos homicídios dos anos de 2010 a 2014 foram 505 vidas preservadas no Estado. O registro de homicídios em 2014 (1.529 mortes) é o menor desde 2001 (1.592 mortes). Em se tratando da taxa de homicídios, em 2014 o Estado apresentou redução de 32,4% do índice, comparado com o ano de 2009. E, assim, o Estado vem despontando no cenário nacional quanto ao enfretamento à violência letal. O desafio consiste em manter sequencialmente a cada ano a inversão da tendência de crescimento e alcançar a taxa média nacional de homicídios.

Com o objetivo de fundamentar as condições para a garantia da segurança, da defesa social e da qualidade de vida dos capixabas, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), em conjunto com a Polícia Civil (PCES), Polícia Militar (PMES) e Corpo de Bombeiros Militar do Estado (CBMES), construiu o **Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018** que norteará a condução programática da gestão no período compreendido entre 2015-2018.

2 MAPA DA ESTRATÉGIA

A consolidação do planejamento estratégico da Segurança Pública e Defesa Social para os anos de 2015 a 2018 possuem como referências diretrizes de determinados documentos-chave do Governo do Estado do Espírito Santo cujo conteúdo norteia e orienta as ações governamentais. Os documentos são: o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030 e as Orientações Estratégicas 2015-2018. Os planos mencionados possuem em comum a participação de uma série de atores em debates acerca dos principais desafios, gargalos e potencialidades do Estado, bem como a identificação das estratégias e ações necessárias para o aperfeiçoamento da qualidade do serviço público e o alcance de melhores entregas e resultados para a sociedade capixaba.

O primeiro deles, o **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**, publicado em 2006, reúne uma série de escolhas que buscam nortear o futuro do Estado em longo prazo. À época da elaboração do ES 2025, o Estado encontrava-se nas primeiras posições no ranking nacional da taxa de homicídios dolosos. Com a taxa de 50,6 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes, o Estado era superado apenas por Pernambuco (51,2). Em razão do alto índice registrado e da explícita necessidade de ação, o plano previu que o sistema de defesa social deveria passar por modificações de ordem gerencial com foco na atuação integrada dos seus órgãos componentes, em especial as Polícias Civil e Militar – e entre estes e outros atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das esferas federal, estadual e municipal. Além disso, somou-se a prioridade de desenvolvimento de projetos sociais visando à prevenção à violência e criminalidade.

O Plano ES 2025 definiu como meta estratégica para a área de resultado “Redução da Violência e Criminalidade” **reduzir a taxa de homicídios para índice inferior a 10 por 100 mil habitantes até 2025**. Para o alcance desta meta, o planejamento apresentou um grupo de 11 (onze) projetos a serem executados com a finalidade de superar as dificuldades e subsidiar melhores resultados na segurança pública. São os projetos:

- Sistema Integrado de Defesa Social;
- Redução dos crimes contra o patrimônio;
- Atenção ao jovem;

- Prevenção social da criminalidade;
- Gestão da segurança pública;
- Capacitação policial orientada para resultados;
- Modernização da polícia técnico-científica;
- Ampliação e modernização do sistema prisional;
- Policiamento comunitário e solução de problemas;
- Controle da atividade policial; e,
- Diagnóstico e pesquisa em segurança pública.

O **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**, por sua vez, datado de 2013, representa uma atualização do ES 2025 e, baseado em premissas de crescimento ordenado e de desenvolvimento sustentável do Estado, visa orientar os investimentos financeiros para áreas como saúde, educação, meio ambiente, logística e outras. Os resultados pretendidos para o horizonte de 2030 foram projetados a partir da perspectiva estratégica de que as bases sociais provocam o envolvimento de atores dentro dos territórios e, conseqüentemente, as ações impulsionam o progresso e a geração de oportunidades de negócio e de trabalho e renda à população. As bases sociais foram estruturadas com ênfase em: capital social e qualidade das instituições, educação, saúde e segurança cidadã.

A “Segurança Cidadã” pressupõe o entendimento ampliado do conceito tradicional de segurança pública, que destaca a figura do cidadão e assume a violência e criminalidade como fenômenos sociais de múltiplas causas. A visão cidadã da segurança pública requer a intervenção integrada de diferentes setores públicos e da sociedade. Soma-se ainda o desenvolvimento de uma política pública voltada à prevenção (primária, secundária e terciária) da criminalidade, mediação e investigação de conflitos de natureza social e de crimes. Neste sentido, os objetivos definidos no ES 2030 para a área “Segurança Cidadã” foram: diminuir a criminalidade, aumentar a sensação de segurança do cidadão e garantir as condições plenas do exercício da cidadania.

O ES 2030 definiu como uma das metas estratégicas para Segurança Cidadã **reduzir a taxa de homicídios para 30 por 100 mil habitantes até 2020 e reduzir a taxa de homicídios para índice inferior a 10 por 100 mil habitantes até 2030**. Algumas propostas foram apresentadas para a segurança pública no plano, entre as quais se destacaram:

- Ampliação da articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entre as esferas federal, municipal e estadual;
- Desenvolvimento de ações com base na proteção social, proteção policial e investimentos em infraestrutura e tecnologia;
- Atuação prioritária em territórios carentes e com foco nos grupos mais vulneráveis, sobretudo jovens de 15 a 29 anos e mulheres vítimas de violência de gênero, por meio de ações nas áreas de educação, emprego, habitação, saúde;
- Implementação de sistemas de indicadores de desempenho para monitorar, continuamente, a eficiência e eficácia das polícias;
- Formação e valorização de profissionais de segurança pública e da justiça criminal dentro dos princípios dos direitos humanos;
- Fortalecimento e ampliação da integração de setores de estatística e análise criminal dos órgãos de segurança pública;
- Ampliação de ações e projetos baseados nos princípios do policiamento comunitário;
- Fortalecimento de municípios como atores-chave no desenvolvimento de ações de prevenção da criminalidade; e,
- Intensificação da apreensão de armas de fogo e ações de combate às drogas ilícitas, com operações integradas de inteligência policial e participação anônima da população.

O documento-chave mais recente do Governo do Estado, intitulado **Orientações Estratégicas 2015-2018**, resultante de debates, reuniões e seminários de planejamento estratégico, possui como pilares a governança pautada na responsabilidade político-institucional, a transparência e respeito à sociedade capixaba. Contextualmente, a elaboração do planejamento considerou o cenário de restrições e limitações advindas da crise econômica nacional, a qual impacta diretamente os investimentos e as entregas pretendidas para o Estado. Assim, diante do esforço de austeridade financeira e controle dos gastos públicos tornam-se ainda mais necessários o planejamento, foco, inovação e disciplina na gestão pública estadual.

O documento apresenta, dentre outros aspectos, a visão de futuro para o horizonte de 2018, as áreas de resultado e os pilares estratégicos para a execução do serviço público e o alcance de resultados para o Estado nos anos de 2015 a 2018. A consolidação destas diretrizes pode ser observada no Mapa da Estratégia 2015-2018 (Figura 01).



Figura 01 – Mapa da Estratégia 2015-2018
Fonte: Orientações Estratégicas 2015-2018 (SEP, 2015).

A área de resultado “Segurança, Justiça e Defesa Social”, apesar das quedas contínuas do número de homicídios no Estado nos últimos anos (2010-2014), foi apontada como um dos fatores críticos nas Orientações Estratégicas 2015-2018. Entre as medidas arquitetadas para a área estão o aperfeiçoamento do modelo gerencial das Polícias Civil e Militar, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento da política de Ocupação Social em áreas críticas com foco em ações sociais preventivas para a população jovem (15 a 24 anos).

O desafio prioritário do planejamento estadual para a pauta da segurança pública constitui-se em **diminuir os crimes contra a vida**. Foram definidos ainda para a área de resultado três resultados finalísticos: redução da taxa de homicídios, aumento da quantidade de armas de fogo e munições apreendidas e aumento do percentual de resolutividade de inquéritos de crimes letais intencionais. E, por fim, nove diretrizes e entregas à sociedade foram associadas à segurança pública:

- Intensificação da atuação policial nos territórios de maior criminalidade alinhada com outras ações sociais;
- Ampliação da prevenção e do enfrentamento da violência contra mulheres e jovens;

- Aumento de operações com foco na apreensão de armas e munições, envolvendo articulação com poderes, instituições e sociedade na defesa da cultura da paz;
- Aumento na resolutividade dos inquéritos de crimes letais intencionais;
- Fortalecimento da polícia técnico-científica;
- Intensificação das operações de inteligência;
- Integração de base de dados (Detran/ES, Receita, SESA, SEJUS, dentre outras);
- Unidades de segurança construídas, reformadas e padronizadas; e,
- Finalização das unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

A população residente no Espírito Santo atingiu em 2010 o total de 3.514.952 habitantes, o que representa 1,8% do total da população brasileira (190.755.799 habitantes), de acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)¹ responde por 47,94% do total da população do Estado. Os municípios de Vila Velha (414.420 habitantes), Serra (409.324), Cariacica (348.933) e a capital Vitória (325.453) concentram cerca de 43% dos moradores do Estado.

Também estão localizados na RMGV os aglomerados de bairros mais populosos do Estado, entre eles: Terra Vermelha (43.467 habitantes) e Santa Rita (35.308) em Vila Velha, Jacaraípe (40.163), Carapina (39.369) e Feu Rosa (36.547), em Serra, São Pedro (33.746) e Santo Antônio (25.516) em Vitória, Castelo Branco (21.608) e Nova Rosa da Penha (17.333), em Cariacica, e Nova Bethânia (21.952) em Viana. No Interior, destacam-se neste aspecto cinco municípios que juntos somam 633.843 habitantes, correspondente a 18% da população do Estado. São eles: Cachoeiro de Itapemirim (189.878 habitantes), Colatina (111.794), Linhares (141.254), São Mateus (109.067) e Aracruz (81.746 habitantes).

Em se tratando de crescimento populacional, o Espírito Santo registrou 13,6% de aumento do número de habitantes comparando os Censos Demográficos de 2000 e 2010, porcentagem que supera a média nacional (12,5%). A análise deste indicador permite avaliar que, percentualmente, os maiores acréscimos demográficos no período foram registrados em municípios do Interior do Estado. Neste ponto destacam-se Sooretama (30,5%), Aracruz (23,6%), Linhares (25,4%) e São Mateus (20,6%). Em contrapartida, quando se remete a números absolutos, os aumentos populacionais mais significativos ocorreram na RMGV, Serra (86,7 mil habitantes), Vila Velha (68,7 mil) e Vitória (35,8 mil).

A conjugação entre crescimento populacional e a distribuição irregular da população no território espírito-santense, explicam a alta densidade demográfica do Estado: 76,3 habitantes por quilômetro quadrado. Fator que

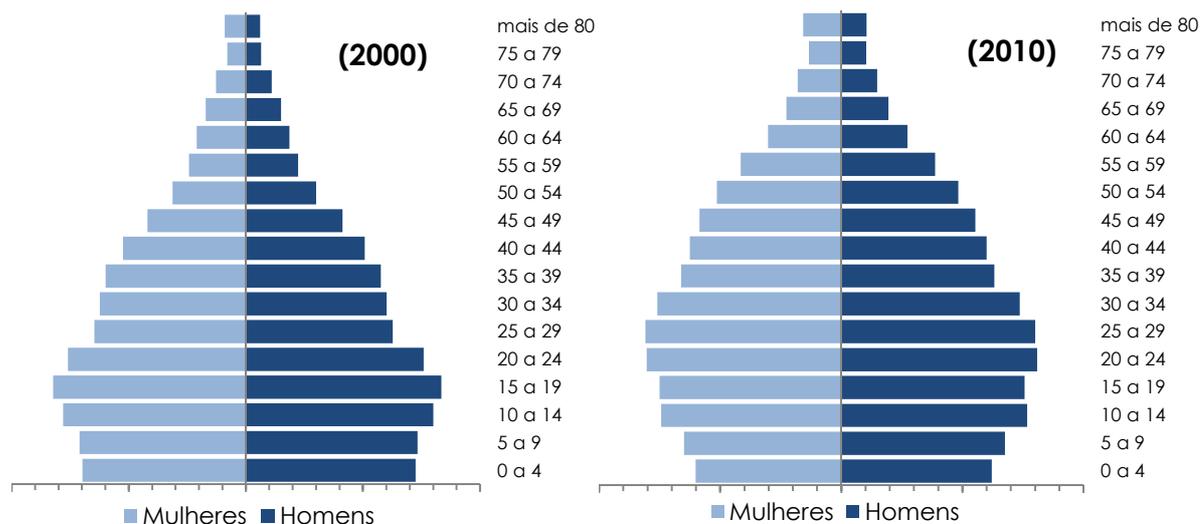
¹ A Região Metropolitana da Grande Vitória compreende os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (Lei Complementar nº 204, de 21 de junho de 2001).

se agrava quando observada a área conurbada da RMGV, onde se destacam os municípios de Vitória (3.327,7 hab./km²), Vila Velha (1.952,0 hab./km²) e Cariacica (1.245,6 hab./km²).

As características da população residente do Estado indicam uma ligeira predominância do número de mulheres (50,8%) sobre o de homens (49,2%); e de indivíduos auto declarados como pardos (48,4%), brancos (42%) e pretos (8,3%).

Uma síntese da comparação das pirâmides etárias dos anos de 2000 e 2010 revela algumas mudanças na estrutura etária da população do Estado. As principais alterações referem-se à queda dos níveis de fecundidade (demonstrada pelo afilamento da base do gráfico), acréscimo da população adulta e idosa e aumento da esperança de vida ao nascer (alargamento do topo da pirâmide).

PIRÂMIDES ETÁRIAS DO ESTADO (2000/2010)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

É possível ainda observar também pela evolução demográfica que ao longo de 10 anos houve redução do número de jovens de 10-14 e 15-19 anos e um incremento nas faixas etárias de 20-24 e 25-29 anos, o que pode ser explicado pelo processo de envelhecimento da população.

Após breve contextualização dos aspectos demográficos do Espírito Santo, o item a seguir apresentará em números o cenário da segurança pública em nível estadual, priorizando as estatísticas das principais ocorrências criminais.

SEGURANÇA EM NÚMEROS

Os registros de homicídios configuram como o indicador-foco da gestão da segurança pública no país. No **Espírito Santo**, em 2014, foram registrados 1529 homicídios dolosos, apresentando uma redução de 24,8% quando comparado com o ano de 2009. Semelhantemente, a análise da proporção de homicídios por habitantes destaca a tendência de queda registrada nos últimos cinco anos no Estado, tendo alcançado em 2014 redução de 32,4% da taxa de homicídios, também comparado ao ano de 2009 (Gráfico 01).

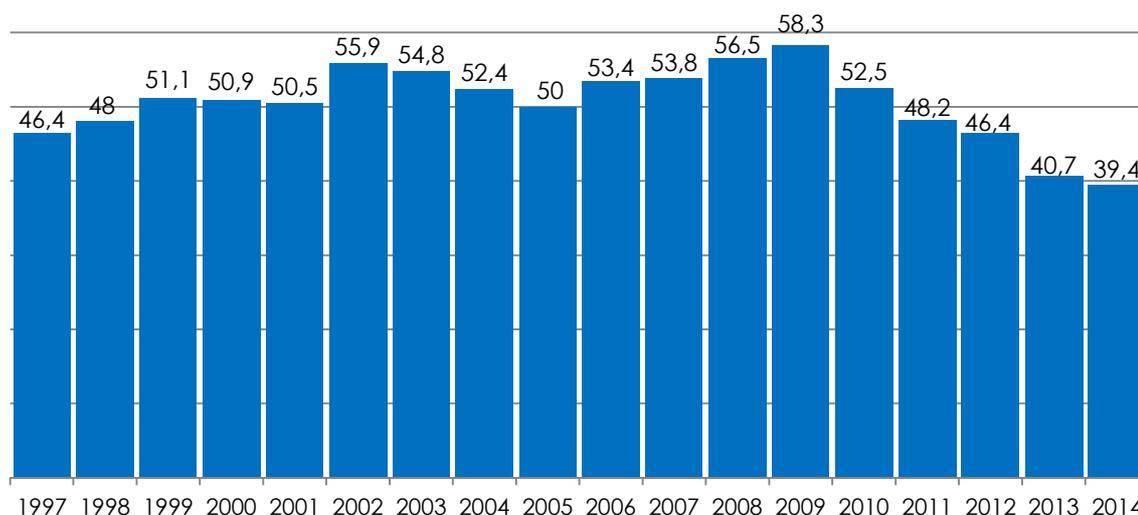


Gráfico 01 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes ao ano no Espírito Santo
Fonte: SESP (homicídios); IBGE (censos e estimativas populacionais)

Entre os municípios, **Vitória** apresentou redução na taxa de homicídios durante sete anos consecutivos (desde 2007). Comparando-se a taxa de 2006 (pior resultado no período) e 2013 (melhor resultado) observa-se que a inflexão no índice foi de 53,5%. Em 2014, a capital registrou leve aumento na taxa se comparado ao resultado de 2013. De maneira equiparada à Vitória, em **Vila Velha** a taxa de homicídios sofreu queda durante quatro anos consecutivos (desde 2010), tendo apresentado em 2014 aumento na ordem de 10,6% comparado ao índice alcançado em 2013.

No interior do Estado, a taxa de homicídios registrada em **Cachoeiro de Itapemirim** apresentou aumento quando comparada aos anos de 2012 e 2013 e encerrou 2014 com 22,7 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Em **Linhares** houve redução de 16,1% na taxa de homicídios registrada em 2014 se comparada ao ano de 2013. Já em **Colatina, Aracruz e São Mateus** observou-se manutenção da tendência de queda dos índices,

apresentando ao final de 2014 taxas de 24,7 homicídios, 33,2 homicídios e 44 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, respectivamente.

Com relação ao perfil das vítimas de homicídios, informações constantes nas ocorrências criminais indicam que no período de 2005-2014, **90% das vítimas de homicídios no Estado eram do sexo masculino**. Assim como no Brasil, no Espírito Santo existem dificuldades de coleta de dados referente às raças das vítimas de homicídios, seja em razão da miscigenação de várias etnias entre a população brasileira, o preconceito das pessoas quanto a assumir suas origens e a imprecisão de critérios que definam as raças. Apesar das indefinições, em 2014, no Estado houve predomínio de **óbitos por homicídio de pessoas pardas (66,6%)**, seguido por brancos (11,1%) e negros (10,3%).

No Estado, seguindo a tendência nacional há predominância de homicídios cometidos com o uso de armas de fogo. Cerca de **84% dos homicídios foram praticados com o emprego de arma de fogo** nos anos de 2005 a 2014. No mesmo período, os **jovens nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos** representaram **41% das vítimas de homicídios no Estado**.

No que se refere aos **crimes contra o patrimônio**, em 2014, comparado ao ano anterior, houve aumento do número de ocorrências envolvendo furto e roubo a pessoa em via pública e furto e roubo em residência. Por outro lado, analisando o mesmo período, houve redução das ocorrências de furto e roubo em estabelecimento comercial e de furto e roubo de veículo.

No Estado ocorreu acréscimo de 8,8% dos registros de furto e roubo a pessoa em 2014, com destaque para as elevadas variações nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Viana. Relativo ao número de furto e roubo em residência, apesar da redução sequencial dos registros nos anos de 2005 a 2009, ocorreu aumento de 7,8% em 2014, comparado a 2013.

Em se tratando do número de furto e roubo em estabelecimento comercial, ocorreu em 2014 queda de 9,9% no Estado. A média mensal de registros no ano foi de 740 ocorrências. Registre-se que na RMGV houve redução de 4,2% das ocorrências deste tipo de crime. O ano de 2014 apresentou ainda uma média mensal de 592 veículos furtados ou roubados, que significou uma redução de 3,82% do número registrado em 2013.

A seguir são apresentadas Tabelas e Mapas com informações que permitem confirmar os dados textuais e aprofundar a análise deste breve diagnóstico.

Crimes Letais Intencionais

(soma dos registros de homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte)

MUNICÍPIO	HOMICÍDIOS DOLOSOS				LATROCÍNIOS				LESÕES			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
SERRA	377	344	344	344	5	10	4	4	1	1	4	2
CARIACICA	271	288	222	217	2	7	5	2	1	1	1	1
VILA VELHA	222	216	204	229	2	7	6	3	2	-	-	1
VITÓRIA	127	113	115	131	1	1	2	2	1	-	1	2
GUARAPARI	61	49	46	43	2	-	1	2	-	-	-	3
VIANA	32	33	35	12	-	-	1	1	1	-	2	-
FUNDÃO	8	6	17	15	1	-	-	-	-	-	-	-
C. DE ITAPEMIRIM	47	35	41	47	-	4	3	5	-	-	2	1
COLATINA	44	33	32	30	1	3	1	3	-	-	-	2
ARACRUZ	44	38	39	31	-	-	1	2	-	-	2	-
LINHARES	72	67	89	76	1	2	2	6	-	3	4	5
SÃO MATEUS	53	76	63	54	3	4	2	1	-	1	1	3
PINHEIROS	31	26	23	10	-	1	-	-	-	-	-	1
B. S. FRANCISCO	25	29	18	15	-	-	-	-	-	-	-	-
SOORETAMA	28	22	16	18	2	1	-	1	1	-	-	1
MONTANHA	2	10	3	5	-	-	-	1	-	-	1	-
C. DA BARRA	19	27	18	17	-	-	-	2	1	-	-	-
JAGUARÉ	15	21	13	27	1	-	-	-	1	-	-	-
PEDRO CANÁRIO	22	11	9	13	-	1	1	2	-	-	1	1
ECOPORANGA	14	10	7	6	-	-	1	-	-	-	-	-
ITAPEMIRIM	7	15	8	8	-	-	-	2	-	-	-	-
IBIRAÇU	8	3	2	3	1	-	-	-	-	-	-	-
IBATIBA	10	6	3	5	-	-	1	1	-	-	-	-
PIÚMA	3	12	6	3	1	-	-	1	-	-	-	-
ANCHIETA	5	5	8	12	-	-	-	1	-	-	-	-
BOA ESPERANÇA	7	6	3	1	1	-	1	-	-	-	-	-
NOVA VENÉCIA	3	4	9	10	1	-	-	1	-	-	-	-
MARATAÍZES	5	8	2	7	-	-	-	1	-	-	-	-
ITAGUAÇU	6	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-
BAIXO GUANDU	25	23	24	18	-	1	-	1	-	-	-	-
DEMAIS MUNICÍPIOS	115	121	142	121	2	4	5	5	2	-	-	2
ESPÍRITO SANTO	1708	1660	1564	1529	27	46	37	50	11	6	19	25

Fonte: GEAC/SESP

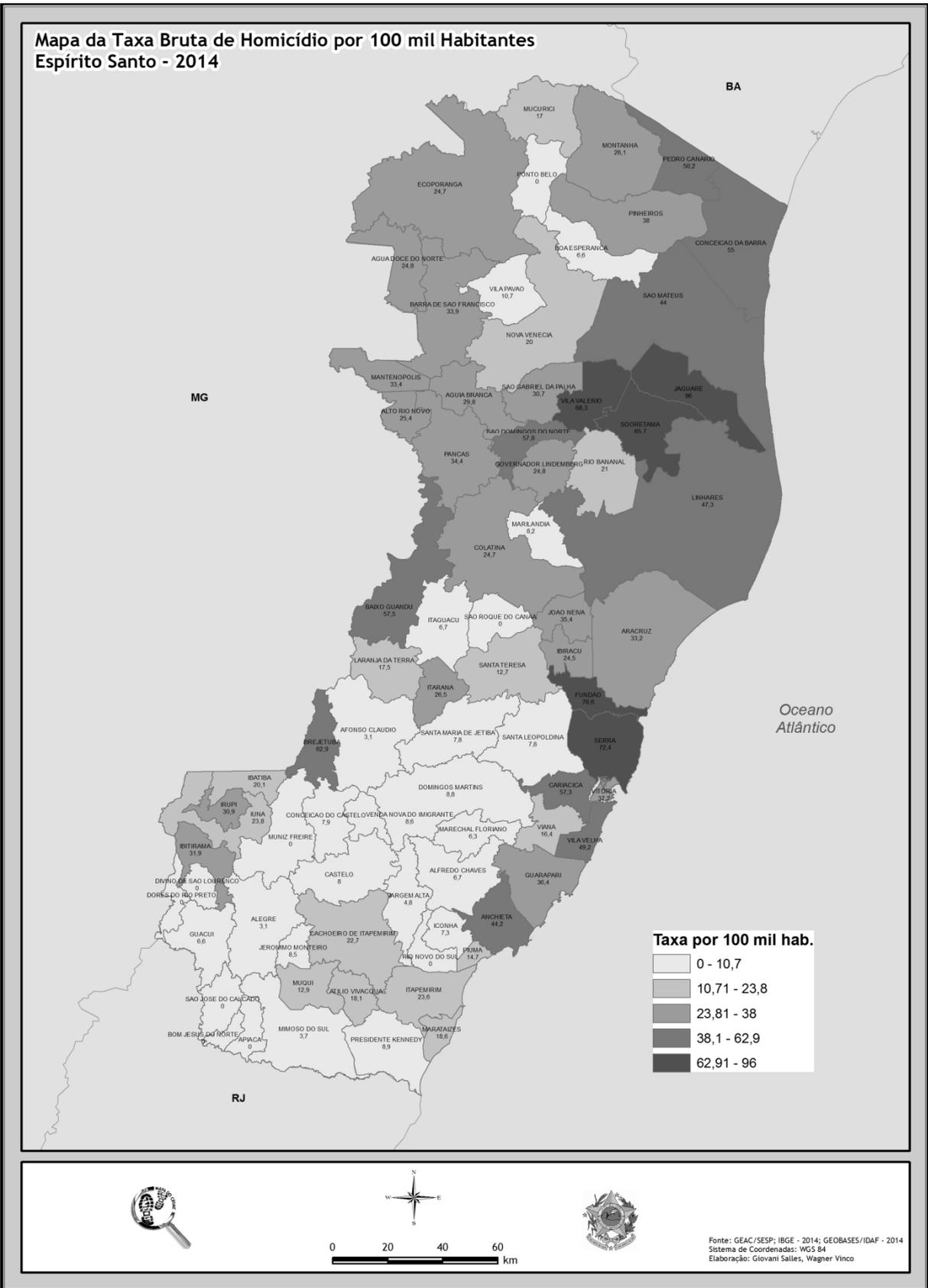
Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes

(total de homicídios registrados no município, dividido por sua população estimada para o mês de julho do respectivo ano e multiplicado por 100 mil)

MUNICÍPIO	2011	TAXA	2012	TAXA	2013	TAXA	2014	TAXA
SERRA	377	90,6	344	81,4	344	73,6	344	72,2
CARIACICA	271	77,3	288	81,7	222	59	217	57,3
VILA VELHA	222	52,9	216	50,8	204	44,5	229	49,2
VITÓRIA	127	38,4	113	33,9	115	33	131	37,2
GUARAPARI	61	57,2	49	45,4	46	39,6	43	36,4
VIANA	32	48,6	33	49,4	35	48,5	12	16,4
FUNDÃO	8	46,2	6	34	17	88,6	15	76,6
C. DE ITAPEMIRIM	47	24,6	35	18,2	41	20	47	22,7
COLATINA	44	39,1	33	29,2	32	26,5	30	24,7
ARACRUZ	44	52,9	38	45	39	42,6	31	33,2
LINHARES	72	50,2	67	46	89	56,4	76	47,3
SÃO MATEUS	53	48	76	68	63	52,2	54	44,0
PINHEIROS	31	128,7	26	107,1	23	88,4	10	38,0
BARRA DE S. FRANCISCO	25	61,1	29	70,5	18	41	15	33,9
SOORETAMA	28	115,4	22	89,1	16	59,6	18	65,7
MONTANHA	2	11,2	10	55,7	3	15,7	5	26,1
CONCEIÇÃO DA BARRA	19	66,4	27	93,9	18	58,7	17	55,0
JAGUARÉ	15	59,8	21	82,5	13	47,1	27	96,0
PEDRO CANÁRIO	22	91,9	11	45,7	9	35	13	50,2
ECOPORANGA	14	60,5	10	43,3	7	28,8	6	24,7
ITAPEMIRIM	7	22,4	15	47,7	8	23,8	8	23,6
IBIRAÇU	8	71,1	3	26,5	2	16,5	3	24,5
IBATIBA	10	44,2	6	26,3	3	12,2	5	20,1
PIÚMA	3	16,3	12	64,5	6	29,9	3	14,7
ANCHIETA	5	20,6	5	20,3	8	30	12	44,2
BOA ESPERANÇA	7	49,2	6	42	3	19,8	1	6,6
NOVA VENÉCIA	3	6,5	4	8,6	9	18,2	10	20,0
MARATAÍZES	5	14,5	8	23,1	2	5,4	7	18,6
ITAGUAÇU	6	42,5	3	21,3	3	20,2	1	6,7
BAIXO GUANDU	25	85,7	23	78,6	24	77,1	18	57,5
DEMAIS MUNICÍPIOS	115	23,9	121	16,2	142	17,8	121	15,1
ESPÍRITO SANTO	1708	48,2	1660	46,4	1564	40,7	1529	39,4

Fonte: GEAC/SESP

Mapa da Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes (2014)



Fonte: GEAC/SESP

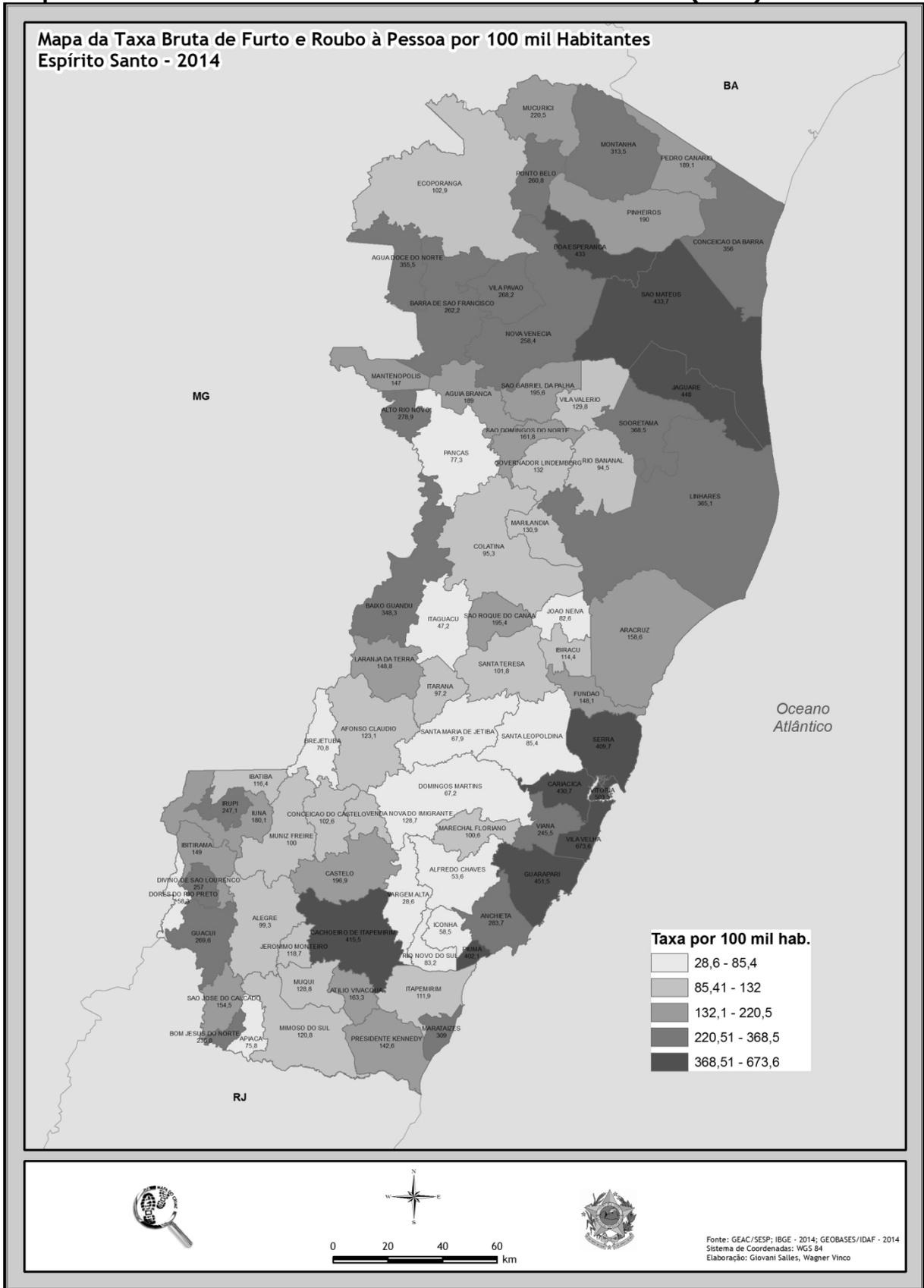
Furto e Roubo a Pessoa em Via Pública

(total de registros de furto e roubo a pessoa em via pública, dividido por sua população estimada para o mês de julho do respectivo ano e multiplicado por 100 mil)

MUNICÍPIO	2013	TAXA	2014	TAXA
ANCHIETA	50	187,6	77	283,7
ARACRUZ	112	122,3	148	158,6
BAIXO GUANDU	93	298,8	109	348,3
BARRA DE SAO FRANCISCO	85	193,7	116	262,2
BOA ESPERANCA	64	421,9	66	433
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	644	313,8	860	415,5
CARIACICA	1375	365,7	1632	430,7
COLATINA	96	79,6	116	95,3
CONCEICAO DA BARRA	128	417,5	110	356
ECOPORANGA	12	49,3	25	102,9
FUNDAO	34	177,3	29	148,1
GUARAPARI	655	563,3	533	451,5
IBATIBA	37	150,6	29	116,4
IBIRACU	11	90,7	14	114,4
ITAPEMIRIM	29	86,3	38	111,9
JAGUARE	90	326,1	126	448
LINHARES	416	263,6	587	365,1
MARATAIZES	123	331,2	116	309
MONTANHA	52	273	60	313,5
NOVA VENECIA	151	304,7	129	258,4
PEDRO CANARIO	66	256,8	49	189,1
PINHEIROS	85	326,6	50	190
PIUMA	61	303,8	82	402,1
SAO MATEUS	342	283,3	532	433,7
SERRA	1532	327,8	1952	409,7
SOORETAMA	98	365,1	101	368,5
VIANA	190	263,5	180	245,5
VILA VELHA	2755	600,9	3137	673,6
VITORIA	1725	495,3	1772	503,3
ESTADO	12.177	317,2	13.877	357,2
GRANDE VITORIA	8.266	445	9.235	490,2
INTERIOR	3.911	197,4	4.642	232,0

Fonte: GEAC/SESP

Mapa da Taxa de Furto e Roubo a Pessoa em Via Pública (2014)



Fonte: GEAC/SESP

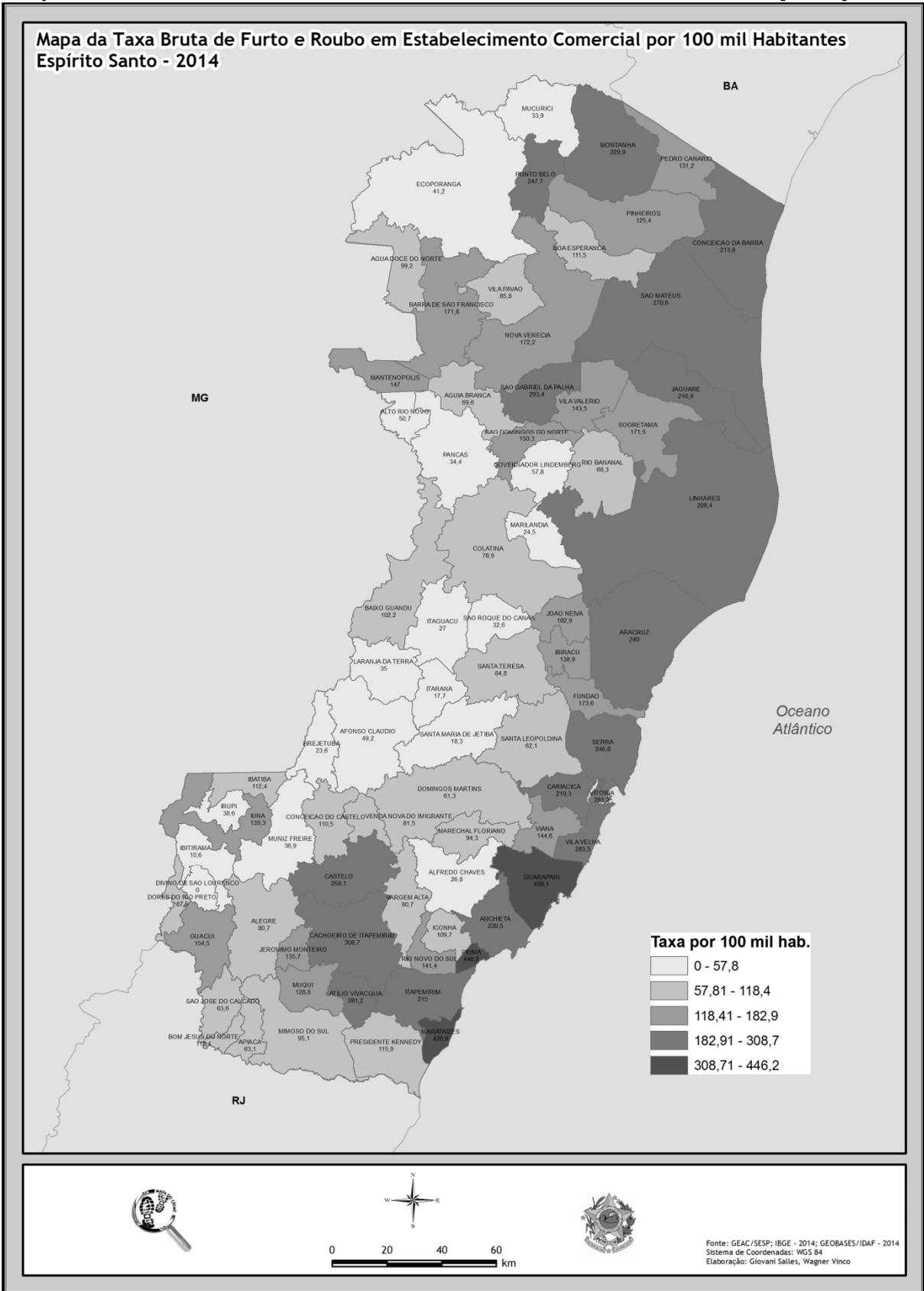
Furto e Roubo em Estabelecimento Comercial

(soma dos registros de furto e roubo em estabelecimento comercial)

MUNICÍPIO	2013	TAXA	2014	TAXA
ANCHIETA	55	206,3	65	239,5
ARACRUZ	226	246,8	224	240
BAIXO GUANDU	37	118,9	32	102,2
BARRA DE SAO FRANCISCO	72	164,1	76	171,8
BOA ESPERANCA	20	131,8	17	111,5
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	521	253,9	639	308,7
CARIACICA	853	226,9	831	219,3
COLATINA	122	101,1	96	78,9
CONCEICAO DA BARRA	75	244,6	66	213,6
ECOPORANGA	17	69,9	10	41,2
FUNDAO	37	192,9	34	173,6
GUARAPARI	598	514,3	483	409,1
IBATIBA	24	97,7	28	112,4
IBIRACU	18	148,5	17	138,9
ITAGUACU	0	0	4	27
ITAPEMIRIM	65	193,4	73	215
JAGUARE	67	242,8	61	216,9
LINHARES	296	187,6	335	208,4
MARATAIZES	110	296,2	158	420,9
MONTANHA	29	152,2	44	229,9
NOVA VENECIA	81	163,4	86	172,2
PEDRO CANARIO	26	101,2	34	131,2
PINHEIROS	71	272,8	33	125,4
PIUMA	54	268,9	91	446,2
SAO MATEUS	272	225,3	332	270,6
SERRA	1453	310,9	1176	246,8
SOORETAMA	39	145,3	47	171,5
VIANA	174	241,3	106	144,6
VILA VELHA	1678	366	1320	283,5
VITORIA	1065	305,8	990	281,2
ESTADO	8.870	231	8.331	214,4
GRANDE VITORIA	5.858	315,3	4.940	262,2
INTEIROR	3.012	152	3.391	169,5

Fonte: GEAC/SESP

Mapa da Taxa de Furto e Roubo em Estabelecimento Comercial (2014)



Fonte: GEAC/SESP

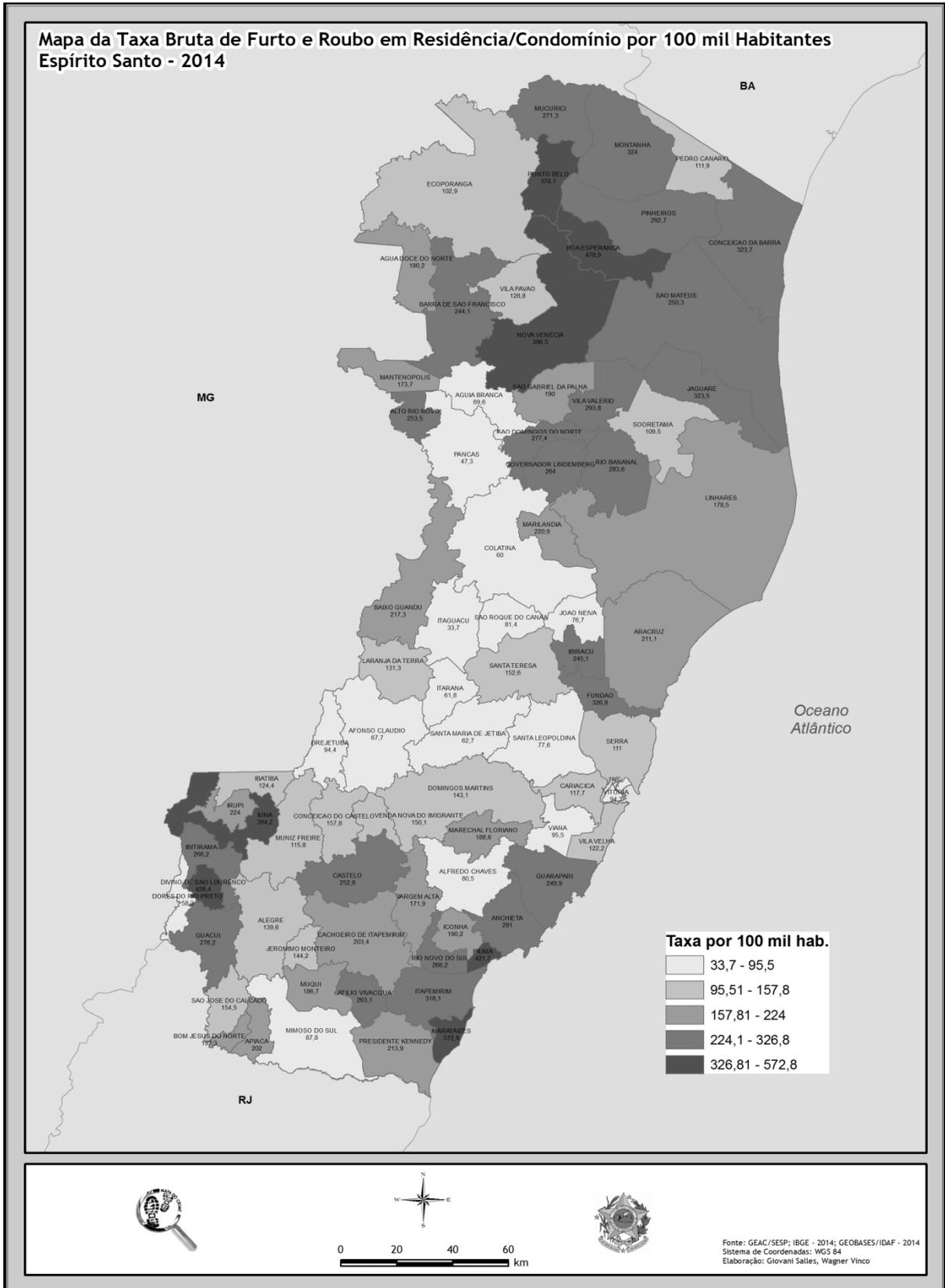
Furto e Roubo em Residência

(total de registros de furto e roubo em residência, dividido por sua população estimada para o mês de julho do respectivo ano e multiplicado por 100 mil)

MUNICÍPIO	2013	TAXA	2014	TAXA
ANCHIETA	92	345,1	79	291
ARACRUZ	187	204,2	197	211,1
BAIXO GUANDU	88	282,7	68	217,3
BARRA DE SAO FRANCISCO	89	202,8	108	244,1
BOA ESPERANCA	59	389	73	478,9
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	457	222,7	421	203,4
CARIACICA	434	115,4	446	117,7
COLATINA	84	69,6	73	60
CONCEICAO DA BARRA	124	404,4	100	323,7
ECOPORANGA	31	127,4	25	102,9
FUNDAO	97	505,8	64	326,8
GUARAPARI	374	321,6	295	249,9
IBATIBA	30	122,1	31	124,4
ITAGUACU	7	47,2	5	33,7
ITAPEMIRIM	83	247	108	318,1
JAGUARE	82	297,1	91	323,5
LINHARES	225	142,6	287	178,5
MARATAIZES	159	428,1	215	572,8
MONTANHA	99	519,7	62	324
NOVA VENECIA	140	282,5	198	396,5
PEDRO CANARIO	47	182,9	29	111,9
PINHEIROS	145	557,2	77	292,7
PIUMA	97	483	86	421,7
SAO MATEUS	262	217	307	250,3
SERRA	701	150	529	111
SOORETAMA	39	145,3	30	109,5
VIANA	104	144,2	70	95,5
VILA VELHA	779	169,9	569	122,2
VITORIA	441	126,6	332	94,3
ESTADO	7.131	185,7	6.402	164,8
GRANDE VITORIA	2.930	157,7	2.305	122,3
INTEIOR	4.201	212	4.097	204,8

Fonte: GEAC/SESP

Mapa da Taxa de Furto e Roubo em Residência (2014)



Fonte: GEAC/SESP

Furto e Roubo de Veículo

(total de registros de furto e roubo de veículo, dividido por sua população estimada para o mês de julho do respectivo ano e multiplicado por 100 mil)

MUNICÍPIO	2013	TAXA	2014	TAXA
ANCHIETA	50	187,6	55	202,6
ARACRUZ	93	101,6	77	82,5
BAIXO GUANDU	12	38,6	47	150,2
BARRA DE SAO FRANCISCO	27	61,5	43	97,2
BOA ESPERANCA	10	65,9	13	85,3
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	297	144,7	467	225,6
CARIACICA	1260	335,1	1206	318,3
COLATINA	13	10,8	15	12,3
CONCEICAO DA BARRA	23	75	15	48,6
ECOPORANGA	5	20,6	6	24,7
FUNDAO	17	88,6	37	188,9
GUARAPARI	212	182,3	155	131,3
IBATIBA	30	122,1	22	88,3
IBIRACU	14	115,5	7	57,2
ITAGUACU	4	26,9	3	20,2
ITAPEMIRIM	35	104,1	38	111,9
JAGUARE	49	177,5	42	149,3
LINHARES	99	62,7	133	82,7
MARATAIZES	62	166,9	71	189,2
MONTANHA	22	115,5	29	151,5
NOVA VENECIA	54	109	55	110,1
PEDRO CANARIO	34	132,3	19	73,3
PINHEIROS	37	142,2	29	110,2
PIUMA	39	194,2	35	171,6
SAO MATEUS	69	57,2	100	81,5
SERRA	1674	358,2	1493	313,4
SOORETAMA	15	55,9	31	113,1
VIANA	106	147	110	150
VILA VELHA	1347	293,8	1115	239,4
VITORIA	770	221,1	766	217,5
ESTADO	7.111	185,2	6.793	174,8
GRANDE VITORIA	5.386	289,9	4.882	259,1
INTEIROR	1.725	87	1.911	95,5

Fonte: GEAC/SESP

4 IDENTIDADE ESTRATÉGICA

A definição da identidade estratégica consiste em uma das principais etapas do planejamento, sobretudo porque apresenta elementos que determinam **a natureza, os princípios e a direção que a instituição busca seguir ou o avanço que se pretende alcançar**. Inclui-se ainda neste rol de aspectos relevantes a indicação de **diretrizes e objetivos estratégicos** que devem orientar a gestão da organização e, se for o caso, também de suas unidades vinculadas.

Neste sentido, a etapa inicial da elaboração do Plano Estratégico da SESP foi marcada por uma série de reuniões que envolveram determinados atores selecionados², cujas discussões culminaram na formulação da missão, visão e valores da SESP e das diretrizes e objetivos da segurança pública e defesa social do Estado para os anos de 2015 a 2018.

MISSÃO

Promover a manutenção da ordem pública, a tranquilidade e a segurança pública no Estado do Espírito Santo.

VISÃO

Consolidar no território capixaba o controle dos índices de violência e criminalidade, contribuindo para a paz social e melhoria da qualidade de vida da população.

VALORES

- Preservação da vida e do exercício pleno dos direitos e garantias fundamentais;
- Observância do cumprimento da lei, de forma técnica e profissional;
- Atuação qualificada e integrada dos operadores de segurança pública e defesa social;
- Priorização do desenvolvimento de ações sociais com ênfase na prevenção à criminalidade;
- Compromisso com a ética, moralidade e transparência da gestão e respeito aos direitos humanos.

² Participaram das reuniões em janeiro de 2015 os subsecretários e gerentes da SESP e representantes da PMES, PCES e CBMES com atuação em setores de planejamento.

DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As diretrizes e objetivos estratégicos pretendem nortear a gestão organizacional e orientar o desenvolvimento dos trabalhos da SESP e de suas instituições subordinadas (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar) no período de 2015-2018. O modelo de gestão, projetos e ações da SESP e demais órgãos também devem basear-se nestes aspectos norteadores. Alinhado ao direcionamento governamental em plano estadual, aos desafios da pasta e às linhas de discussão em nível federal foram elaboradas conjuntamente entre as instituições **8 (oito) diretrizes e 31 (trinta e um) objetivos estratégicos**, os quais são apresentados a seguir.

Diretriz 1. Articulação Interinstitucional

Fortalecer a articulação interinstitucional, com intuito de promover o alinhamento estratégico da política pública voltada para a segurança pública e defesa social

Objetivo 1. Qualificar o modelo de compatibilização de área dos organismos policiais e de bombeiros, de forma a aperfeiçoar o desenvolvimento integrado de ações de prevenção, controle da criminalidade e defesa social;

Objetivo 2. Monitorar e avaliar o processo de gestão, tendo por base seus principais elementos analíticos (objetivos, indicadores, metas, projetos e ações estratégicas).

Diretriz 2. Gestão do Capital Humano

Priorizar a evolução do capital humano das instituições que compõem o sistema de segurança pública e defesa social

Objetivo 3. Adotar ações e procedimentos que visem à recomposição, manutenção e redimensionamento dos recursos humanos das instituições.

Objetivo 4. Desenvolver e ampliar programas de formação e capacitação permanente e continuada dos servidores.

Objetivo 5. Incentivar a implementação de novas tecnologias de forma a estimular e promover o aperfeiçoamento das atividades e ações de polícia ostensiva, polícia judiciária e de bombeiro.

Objetivo 6. Reformular políticas de valorização e identidade profissional, qualidade de vida, serviços de atendimento à saúde, apoio psicossocial, ético e profissional dos servidores.

Diretriz 3. Modernização Organizacional

Garantir a modernização das estruturas físicas e da gestão organizacional e tecnológica das instituições componentes do sistema de segurança pública e defesa social

Objetivo 7. Promover a construção, reforma e adequação das instalações com infraestrutura adequada ao desenvolvimento profissional e ao atendimento da população.

Objetivo 8. Fomentar a manutenção da infraestrutura de redes de dados e comunicação nas unidades operativas.

Objetivo 9. Promover o monitoramento da resolutividade dos inquéritos policiais e o fortalecimento da Polícia Técnico-Científica e da perícia de incêndios e explosões em todo o Estado, adotando técnicas de gestão estratégica, objetivando reduzir a impunidade e garantir celeridade, transparência e eficácia.

Objetivo 10. Fomentar a produção do conhecimento e a realização de pesquisas com foco nos desafios da prevenção e enfrentamento qualificado da violência e criminalidade.

Objetivo 11. Desenvolver ações voltadas à recomposição da frota e aquisição de armamentos, materiais, equipamentos e outros recursos necessários às atividades das instituições.

Diretriz 4. Compartilhamento de Informações

Incentivar o compartilhamento de informações como instrumento estratégico das instituições que compõem o sistema de segurança pública e defesa social

Objetivo 12. Promover o compartilhamento, padronização e consolidação de informações, estatísticas e dados entre as instituições.

Objetivo 13. Implementar uma política de atualização tecnológica dos sistemas de informação dos órgãos de segurança pública e defesa social, integrando seus bancos dados e recursos tecnológicos.

Objetivo 14. Aperfeiçoar as estruturas de armazenamento e segurança das informações e comunicações.

Diretriz 5. Prevenção à Violência e Criminalidade

Otimizar as estratégias de prevenção da violência e criminalidade, com especial atenção ao público jovem residente em áreas de vulnerabilidade social, e estimular a criação e adequação de ambiências urbanas

Objetivo 15. Reduzir o número de crimes letais intencionais (CLI).

Objetivo 16. Desenvolver ações de defesa social nas regiões com maior vulnerabilidade social.

Objetivo 17. Promover ações direcionadas à prevenção e enfrentamento qualificado à violência contra a mulher.

Objetivo 18. Ampliar ações voltadas à prevenção do uso de álcool e drogas ilícitas.

Objetivo 19. Estimular o controle de atividades comerciais irregulares, especialmente venda e consumo de bebidas alcoólicas e a interdição de estabelecimentos que oferecem risco à sociedade, a partir de estratégias de fiscalização efetivas e de monitoramento constante.

Objetivo 20. Aprimorar medidas de policiamento ostensivo visando à redução dos crimes contra o patrimônio.

Objetivo 21. Desenvolver ações de prevenção para reduzir o número de acidentes e de infrações e crimes no trânsito.

Diretriz 6. Cidadania e Direitos Humanos

Consolidar a adoção de políticas públicas transversais estruturadas sobre o respeito à cidadania e proteção aos direitos humanos

Objetivo 22. Construir mecanismos de inserção social e promoção da cidadania nos programas, projetos e ações do sistema de segurança pública e defesa social.

Objetivo 23. Aprimorar as estruturas de participação social no desenvolvimento de políticas públicas por meio de mecanismos de diálogo com a sociedade e de incentivo à implantação de Conselhos Municipais de Segurança e de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal.

Diretriz 7. Combate à Macrocriminalidade

Intensificar o enfrentamento qualificado da violência e criminalidade com destaque para as ações de combate ao crime organizado

Objetivo 24. Desenvolver ações de combate à corrupção e às organizações criminosas.

Objetivo 25. Fortalecer e consolidar as atividades de inteligência policial, como base para o desenvolvimento de ações de repressão qualificada, especialmente no que tange aos crimes de tráfico de drogas e de armas, pistolagem e homicídios.

Objetivo 26. Aperfeiçoar os mecanismos e as atividades de correição das instituições de segurança pública voltada à ética, moral, disciplina e legalidade.

Diretriz 8. Defesa Social

Fortalecer as estruturas de Defesa Social, Defesa Civil e o sistema de segurança contra incêndio e pânico

Objetivo 27. Ampliar as ações de fiscalização nas áreas urbanas e rurais, visando prevenir e reprimir as práticas de infrações e crimes contra o meio ambiente.

Objetivo 28. Implementar sistema de alerta e alarme em parceria com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil.

Objetivo 29. Estruturar sistema de informação capaz de integrar as ações do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil junto às Defesas Cíveis dos municípios e demais órgãos envolvidos, de forma a subsidiar a prevenção, mitigação, preparação e resposta ao desastre.

Objetivo 30. Aumentar o nível de segurança contra incêndio e pânico por meio de ações fiscalizatórias.

Objetivo 31. Desenvolver ações voltadas à redução do número de afogamentos, por meio de projetos de salvamento aquático e implementação de legislação específica.

MAPA ESTRATÉGICO

Plano Estadual de Segurança Pública
2015-2018

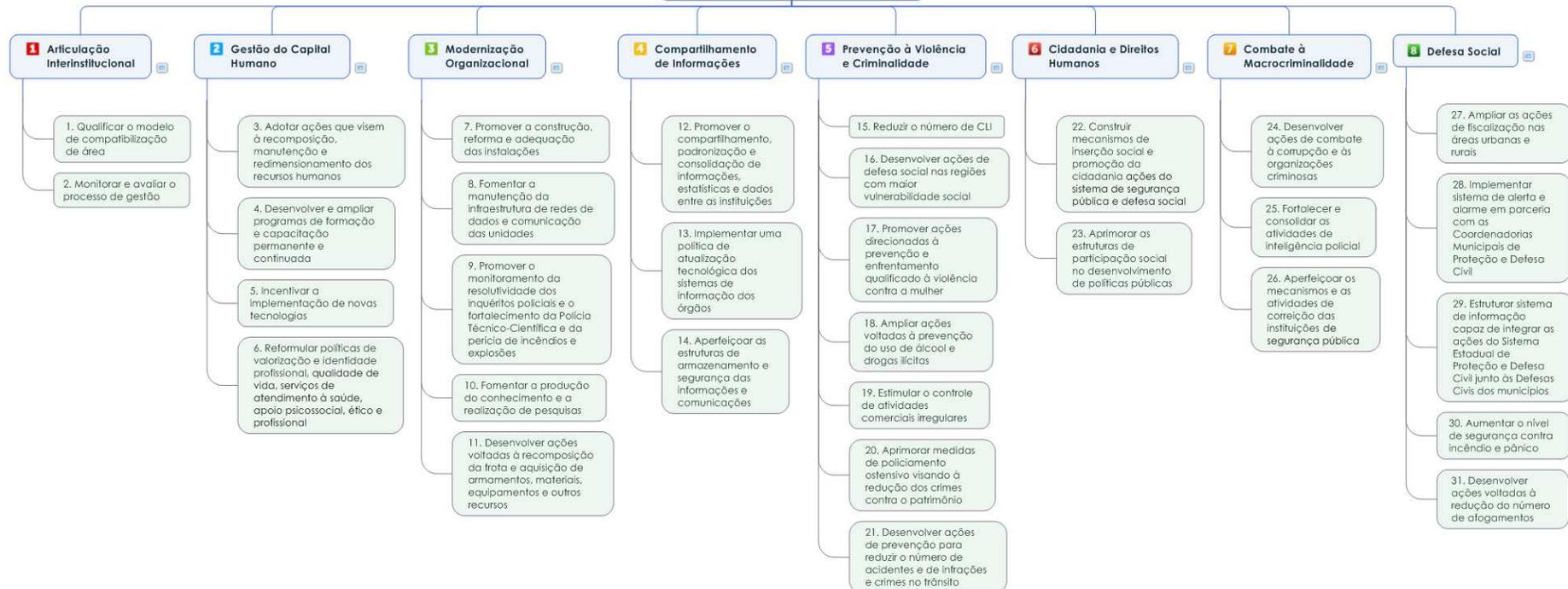
MISSÃO

Promover a **manutenção da ordem pública**, a **tranquilidade** e a **segurança pública** no Estado do Espírito Santo.

VISÃO

Consolidar no território capixaba o **controle dos índices de violência e criminalidade**, contribuindo para a **paz social** e **melhoria da qualidade de vida da população**.

DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



5 MODELO DE GESTÃO

Uma das principais etapas da elaboração do Planejamento Estratégico SESP consistiu na **realização de entrevistas semiestruturadas com policiais civis e militares e bombeiros militares**, cuja finalidade foi conhecer as necessidades, posicionamentos e sugestões dos atores envolvidos na área da segurança pública e defesa social. A coleta de dados primários por meio de aplicação de entrevista semiestruturada, técnica a qual se denomina de pesquisa qualitativa, foi realizada no período de 16 de janeiro a 18 de março de 2015. Participaram da etapa 45 (quarenta e cinco) servidores com atuação em funções estratégicas, táticas e operacionais. O questionário aplicado (Apêndice) priorizou os seguintes assuntos:

- Indicadores e Metas;
- Gestão Organizacional;
- Monitoramento e Avaliação;
- Integração entre os órgãos (PMES, PCES e CBMES);
- Infraestrutura Organizacional; e,
- Tecnologia.

A etapa seguinte à coleta dos dados constitui-se na análise das narrativas das entrevistas. Os resultados revelaram a complexidade e os desafios que envolvem a área da segurança pública do Estado por meio de distintas perspectivas, além disso, permitiu evidenciar que o **Modelo de Gestão** da pasta deve basear-se em duas premissas elementares:

- Articulação do planejamento e coordenação das ações das agências policiais e avaliação com foco em resultados; e,
- Avaliação de indicadores a partir de reuniões regulares integrando as forças policiais nos níveis estratégico, tático e operacional.

A conjunção da análise das entrevistas realizadas, alidada aos pontos-chave do Modelo de Gestão e ao breve diagnóstico produzido para o PE SESP, implicaram também na necessidade de ampliação do rol de indicadores monitorados pela SESP. Assim, no período 2015-2018, passarão a ter **prioridade o acompanhamento das estatísticas e os registros de:**

- Crimes letais intencionais – CLI (homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte);

- Tentativas de homicídios;
- Mortes em confronto com a Polícia;
- Homicídios de mulheres, com atenção especial para os feminicídios;
- Prisão de homicidas;
- Furtos e roubos (a pessoa, a comércio, a residência, de veículo e em transporter coletivo);
- Armas apreendidas; e,
- Cumprimento de mandados de prisão (homicidas e traficantes) e mandados de busca e apreensão.

GESTÃO POR RESULTADOS

O Modelo de Gestão da área da segurança pública no Estado estrutura-se sob a metodologia orientada com foco em resultados, que se constitui na **definição clara dos resultados prioritários a serem alcançados, elaboração de estratégias de ações consistentes, implementação das ações planejadas e avaliação e monitoramento constante dos resultados** (Ver Figura 02).

Um dos principais desafios deste modelo é articular os objetivos estratégicos de longo e médio prazo com os de curto prazo, traduzindo-os em ações cotidianas e em orientações para os níveis tático e operacional das Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Com base nesses desafios, a SESP sistematizou procedimentos gerenciais amparados por instrumentos de articulação institucional e adoção de mecanismos de **reordenação territorial** – denominado de Compatibilização de Área de Policiamento –, que delimita espaços geográficos comuns de atuação das Polícias para a articulação do planejamento, coordenação e avaliação em nível territorial.

A gestão da segurança pública voltada para a obtenção de resultados também tem como um de seus principais instrumentos o **monitoramento sistemático e rotineiro de indicadores estratégicos**. É essa ferramenta de gestão que concede suporte à formulação e realinhamento das ações de intervenção. O objetivo fundamental é avaliar a eficácia das ações desenvolvidas. Neste sentido, um conjunto de reuniões de monitoramento, avaliação e adequação das ações e estratégias são realizadas periodicamente, envolvendo além das Polícias Civil e Militar, outras agências e atores do sistema de segurança e justiça criminal.



Figura 02 – Esquema visual do Modelo de Gestão da Segurança Pública (2015-2018)
 Fonte: SESP/ES

REORDENAMENTO TERRITORIAL

A integração entre os órgãos policiais, especialmente nos níveis tático e operacional, requer a ocorrência continuada de dois processos básicos: **o compartilhamento de informações criminais e o planejamento operacional conjunto**. Tal configuração só se torna possível a partir do estabelecimento de responsabilidades territoriais comuns. Neste sentido, em 2010, o Governo publicou o Decreto Estadual nº 2579-R com objetivo de organizar a atuação dos órgãos de segurança pública e instituir a compatibilização de área de policiamento. No decorrer dos anos, o modelo proposto pelo decreto foi aperfeiçoado pela SESP e suas instituições subordinadas.

Em síntese, o reordenamento territorial das Polícias Civil e Militar tem como finalidade promover a coincidência de suas áreas geográficas de planejamento e atuação, mediante a integração das seguintes esferas organizacionais:

- Comandos de Polícia Ostensiva (CPO) da Polícia Militar com Superintendências de Polícia Regionais (SPR) da Polícia Civil reorganizados em **Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP)**; e
- Batalhões/Cias Independentes da Polícia Militar com Departamentos de Polícia Judiciária/Delegacias de Polícia Civil, reorganizados em **Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)**.

Para fins do reordenamento, o Estado foi dividido em 03 Regiões Integradas de Segurança Pública: RISP 01 (Região Metropolitana), RISP 02 (Região Norte) e RISP 03 (Região Sul). Cada região integrada está sob a responsabilidade dos respectivos Comandos de Polícia Ostensiva da Polícia Militar e Superintendências de Polícia Regional da Polícia Civil.

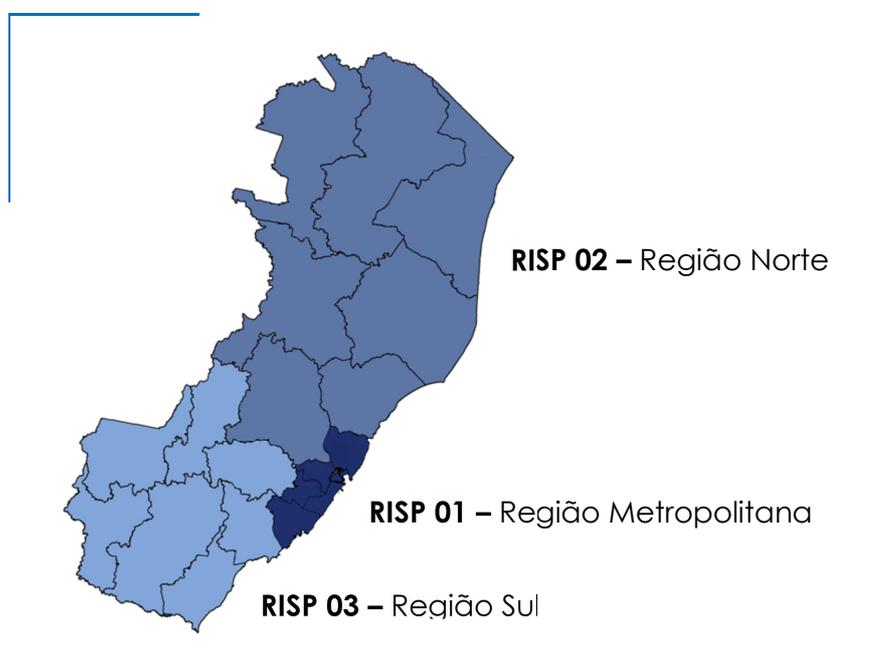


Figura 03 – Reordenamento Territorial da Segurança Pública
Fonte: SESP/ES

Considerando a necessidade de adequação operacional, as RISPs, por sua vez, também foram subdivididas em 20 Áreas Integradas de Segurança Pública (Quadro 01), formadas pelo agrupamento de municípios. As responsabilidades de gestão e controle das ações foram atribuídas aos Batalhões/Cias Independentes da Polícia Militar e Departamentos de Polícia Judiciária/Delegacias de Polícia Civil. A responsabilidade compartilhada entre os atores nas RISPs e AISPs implica não somente na **integração do planejamento e execução das ações**, mas, principalmente, na **solidariedade**

dos distintos atores pelos resultados alcançados na redução dos índices de criminalidade.

RISP	AISP	UNIDADE COORDENADORA		MUNICÍPIOS
		PM	PC	
01	01	1º BPM	1ª DR	Vitória
	04	4º BPM	2ª DR	Vila Velha
	06	6º BPM	3ª DR	Serra
	07	7º BPM	4ª DR	Cariacica
	20	11ª CIA IND		Viana
	10	10º BPM	5ª DR	Guarapari
02	02	2º BPM	17ª DR	Mucurici, Montanha, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Nova Venécia, Vila Pavão, São Gabriel da Palha e Vila Valério
	05	5º BPM	13ª DR	João Neiva, Aracruz, Fundão e Ibraçu
	08	8º BPM	15ª DR	Alto Rio Novo, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, Colatina e Baixo Guandu
	11	11º BPM	14ª DR	Ecoporanga, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Águia Branca e Mantenópolis
	12	12º BPM	16ª DR	Sooretama, Rio Bananal e Linhares
	13	13º BPM	18ª DR	Pedro Canário, Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré
	17	8ª CIA IND	12ª DR	São Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina
03	03	3º BPM	6ª DR	Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Alegre, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e Apiacá
	09	9º BPM	7ª DR	Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Mimoso do Sul e Afílio Vivácqua
	14	14º BPM	8ª DR	Brejetuba, Muniz Freire, Iúna, Ibitirama, Irupi e Ibatiba
	15	2ª CIA IND	11ª DR	Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante e Conc. do Castelo
	16	6ª CIA IND		Domingos Martins e Marechal Floriano
	18	9ª CIA IND	9ª DR	Rio Novo do Sul, Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes
	19	10ª CIA IND	10ª DR	Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha e Piúma

Quadro 01 – Reordenamento Territorial da Segurança Pública (RISPs e AISPs)

Fonte: SESP/ES

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE INDICADORES

O modelo de monitoramento e avaliação de indicadores tem como elemento central a **realização de reuniões mensais e quinzenais de apresentação e discussão das estatísticas** das Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública. As reuniões de monitoramento configuram instâncias de elaboração e de ajustes nos planos de ação, análise e reportes de resultados. As reuniões ocorrem no nível estratégico e operacional, guardadas as funções específicas de cada nível de atuação.

Além das reuniões, o modelo de gestão possui como instrumento de monitoramento de indicadores o **Relatório Diário de Incidentes Criminais**. O Relatório é difundido diariamente para todos os gestores de segurança pública do Estado e contém informações atualizadas sobre os registros de CLI e de determinados crimes contra o patrimônio. O documento apresenta ainda gráficos e faróis sinalizadores que evidenciam os focos territoriais com as maiores e as menores incidências de crimes. O monitoramento diário dos indicadores evidencia-se como peça fundamental do Modelo de Gestão que contribui para a celeridade e difusão das informações e para as estratégias empregadas do trabalho policial.



Figura 04 – Reunião Mensal de Monitoramento e Avaliação (Fevereiro/2015)
Fonte: SECOM/ES.

6 PORTFÓLIO DE PROJETOS

Com base nas diretrizes e objetivos estratégicos para a área da Segurança Pública e Defesa Social na gestão governamental dos anos de 2015 a 2018 uma série de projetos e ações foram elaborados e/ou aperfeiçoados pelas instituições componentes do sistema. A seguir são apresentados os principais projetos/ações da SESP, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, sequencialmente.

SESP

Capacitação de servidores nas funcionalidades do sistema Guardião (nível administrador)

Setor Responsável: GEOT/SEI

Objetivo: Capacitar os servidores da SEI/GEOT nas novas funcionalidades do Sistema Guardião Web (Perfil Administrador)

Público-alvo: Servidores da Gerência de Operações Técnicas da SEI.

Resultados Esperados:

- Dotar os servidores que atuam na SEI/GEOT do conhecimento necessário para atuar na gestão dos recursos que compõem o Sistema Guardião Web, sobretudo em relação a novas funcionalidades como "automatização de confecção de documentos" e "interceptação de e-mail", que são tecnologias já agregadas há algum tempo e que ainda não houve a necessária capacitação dos servidores que atuam no setor.

Possíveis Parceiros: A empresa Dígitro Tecnologia Ltda.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Realização do curso de operação e análise do sistema da plataforma de comutação digital da SESP (sistema Guardiã Web)

Setor Responsável: GEOT/SEI

Objetivo: Capacitar mais 60 (sessenta) policiais no uso das funcionalidades do Sistema Guardiã Web.

Público-alvo: Servidores da PMES, PCES e CBMES que utilizem o Sistema Guardiã Web.

Resultados Esperados:

- Qualificação dos usuários do Sistema Guardiã Web no uso da tecnologia que está disponível, o que resulta em operações melhor conduzidas, inquéritos policiais melhor instruídos e, conseqüentemente, processos judiciais criminais com provas mais robustas.

Possíveis Parceiros: PMES, PCES e CBMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Movimentação da Plataforma de Comutação Digital da SESP/ES (Sistema Guardiã)

Setor Responsável: SEI/GEOT

Objetivo: Transferir os ativos que compõem o Sistema da Plataforma de Comutação Digital da SESP/ES (Sistema Guardiã) para a nova sala-cofre que será construída no térreo do prédio.

Público-alvo: Subsecretaria de Estado de Inteligência e Integração Correccional, Polícia Civil e Polícia Militar do Espírito Santo.

Resultados Esperados:

- Retirar o Sistema Guardiã do 3º andar da SESP/ES, levando-o para um local seguro e adequado de acordo com as normas técnicas vigentes. Além disso, a retirada da Plataforma do local atual permitirá à SESP/ES a utilização de todo o espaço do 3º andar, na eventual saída da SEI para outra edificação, como já vem sendo estudado.

Possíveis Parceiros: PMES, PCES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Parcerias com Instituições de Ensino na criação de mídia para o DD 181

Setor Responsável: DD 181

Objetivo: Estabelecer parcerias que criem campanhas midiáticas para a Central Disque Denúncia.

Público-alvo: Sociedade capixaba.

Resultados Esperados:

- Aumento do número de colaborações no DD; aumento da quantidade e variedade de mídias.

Possíveis Parceiros: ASCOM, instituições de ensino; empresas privadas

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Instituições de ensino; empresas privadas.

Plano de Mídia DD 181

Setor Responsável: DD 181 / ASCOM

Objetivo: Formulação de calendário com datas de interesse na área de segurança para elaboração e divulgação de mídia do DD 181.

Público-alvo: Sociedade capixaba.

Resultados Esperados:

- Planejamento do biênio para divulgação do DD 181; Elevar o número de registros cujos incidentes possuam maior relevância para SESP.

Possíveis Parceiros: ASCOM

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Recursos Humanos do DD 181 e ASCOM.

Parcerias com Instituições de Ensino na criação de mídia para o DD 181

Setor Responsável: DD 181

Objetivo: Estabelecer parcerias que criem campanhas midiáticas para a Central Disque Denúncia.

Público-alvo: DD 181 - Sociedade capixaba.

Resultados Esperados:

- Aumento do número de colaborações no DD; aumento da quantidade e variedade de mídias.

Possíveis Parceiros: ASCOM, instituições de ensino; empresas privadas

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Instituições de ensino; empresas privadas.

Estabelecimento de parcerias com empresas para custeio de impressão e distribuição do material midiático do DD 181

Setor Responsável: DD 181 / ASCOM

Objetivo: Formular parcerias com empresas privadas, associações e sindicatos empresariais com interesse em incidentes denunciados no DD 181 para custeio, distribuição e divulgação de material do DD 181.

Público-alvo: Sociedade capixaba; Empresários; Associações, sindicatos patronais.

Resultados Esperados:

- Fornecer às empresas canal para que possam exercer sua responsabilidade social; Elevar o número de registros cujos incidentes possuam maior relevância para SESP; diminuir os custos da SESP com a produção, distribuição e divulgação da marca DD 181.

Possíveis Parceiros: Empresas privadas; Sindicatos patronais; Federações (FENASEG)

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Empresas privadas; Sindicatos patronais; Federações (FENASEG).

Site 181

Setor Responsável: DD 181; GTI

Objetivo: Proporcionar à sociedade capixaba novo canal de comunicação para formulação de denúncias; Tornar-se referência na prestação de serviços 181 através da possibilidade de geração de denúncias online como diferencial no setor de segurança pública.

Público-alvo: Sociedade capixaba; Unidades policiais.

Resultados Esperados:

- Aumentar nosso número de registros em, no mínimo, 30%;
- Melhorar a qualidade de informação com os arquivos de multimídia e denúncias via web;
- Aumentar em 100% de vídeos recebidos no Testemunha Virtual;
- Aumentar o número de visitas às páginas da SESP.

Possíveis Parceiros: SENASP

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

DD 181 na Formação Profissional

Setor Responsável: DD 181

Objetivo: Difundir entre os operadores de segurança pública e defesa social noções gerais sobre a estrutura e funcionamento do DD, bem como, em casos específicos, treiná-los para acessar o sistema DD 181, utilizando todos os recursos nele disponíveis em termos de consulta e pesquisas no banco de dados do Disque-Denúncia.

Público-alvo: Polícia Civil, Militar, Bombeiro Militar, Guardas Municipais.

Resultados Esperados:

- Criar condições para que o Profissional de Segurança Pública possa ampliar seus conhecimentos sobre o Sistema Disque-denúncia, sua História, finalidade e importância na atividade policial e social, desenvolvendo habilidades na utilização dos recursos disponíveis e fortalecer atitudes de valorização profissional e do cidadão colaborador no processo de promoção da Segurança Pública e Defesa Social.

Possíveis Parceiros: Prefeituras; SENASP

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual; Prefeituras; SENASP

Construção de espaço físico para Call center

Setor Responsável: DD 181/Engenharia da SESP

Objetivo: Melhorar a salubridade do local de trabalho do Call Center e prepará-lo para aumento de demanda

Público-alvo: DD 181.

Resultados Esperados:

- Melhorar a qualidade do serviço prestado pelo DD 181.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: SENASP

Atualização da plataforma de registro de denúncias DD 181

Setor Responsável: DD 181/GTI

Objetivo: Plataforma de registros de denúncias integrada as bases de dados da SESP e de fácil manuseio por parte das unidades destinatárias.

Público-alvo: SESP/ Instituições policiais e demais Unidades destinatárias de denúncias.

Resultados Esperados:

- Melhorar a qualidade do serviço prestado pelo DD 181

Possíveis Parceiros: PMES, PCES, CBMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Promoção da Implantação de GGIM nos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo

Setor Responsável: Gerência de Integração Comunitária e Institucional

Objetivo: Aprimorar as estruturas de participação democrática nas ações de segurança pública e defesa social por meio do incentivo à implantação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal nos 64 Municípios em que não foram ainda implantados.

Público-alvo: Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Polícias Estaduais, Polícias Federais, Judiciário e Ministério Público locais.

Resultados Esperados:

- Ao longo de 12 Meses, entre junho de 2015 e junho de 2016, esperamos alcançar, somando os municípios visitados aos municípios em que já está implantado o GGIM, 100% de municípios com GGIM implantados, ou seja 78 municípios.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Polícia Militar e Civil (Comandos e Chefias de RISP/ AISP).

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Promoção da Reestruturação dos Conselhos Municipais nos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo

Setor Responsável: Gerência de Integração Comunitária e Institucional

Objetivo: Aprimorar as estruturas de participação democrática nas ações de segurança pública e defesa social por meio do incentivo à reestruturação dos Conselhos Municipais de Segurança Pública nos 78 Municípios capixabas.

Público-alvo: Câmaras Municipais, Prefeituras Municipais, Polícias Estaduais, Polícias Federais, comerciantes, industriais e Sociedade Civil Organizada..

Resultados Esperados:

- Ao longo de 12 Meses, entre junho de 2015 e junho de 2016, esperamos alcançar, somando os municípios visitados aos municípios em que já está instalado o Conselho Municipal de Segurança Pública, 100% de municípios com Conselhos Municipais instalados, ou seja 78 municípios.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Polícia Militar e Civil (Comandos e Chefias de RISP/ AISP).

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Ação de Integração das Instituições de segurança Pública com as Comunidades

Setor Responsável: Gerência de Integração Comunitária e Institucional

Objetivo: Estabelecer um mecanismo de integração social e promoção da cidadania junto às comunidades atendidas pelo "Programa de Ocupação Social", por meio da aproximação das instituições de Segurança Pública e da Comunidade, ao modo de uma Ação Cívico Social a ser realizada em Escolas Públicas Estaduais, em que se apresentem, às comunidades, os programas, projetos e ações da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros.

Público-alvo: Comunidades atendidas pelo "Programa de Ocupação Social", em especial nos bairros que circundam as Escolas Estaduais situadas nestas localidades, com foco nos jovens entre 15 e 24 anos de idade.

Resultados Esperados:

- Fortalecimento da imagem das instituições de Segurança Pública Estaduais, em especial, das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar junto à juventude vulnerável.

Possíveis Parceiros: PM, PC, BM, SEDU, SECTTI.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Ação Itinerante de Desarmamento

Setor Responsável: Gerência de Integração Comunitária e Institucional

Objetivo: Estimular a entrega voluntária de armas, munições e acessórios, por meio de visitas itinerantes nos municípios capixabas; difundir o Estatuto do Desarmamento e promover uma cultura de paz por meio da conscientização do cidadão capixaba, acerca dos riscos e dos aspectos jurídico-penais que cercam a matéria.

Público-alvo: População possuidora de arma de fogo não regularizada.

Resultados Esperados:

- Realizar, com média de 09 armas recolhidas por ação, um total de 08 ações no ano de 2015 (a partir de junho) e de 16 Ações nos anos seguintes, até 2018, o que resultará em 56 AIRA.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais, PF, PM, PC, EB.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Seminário de Integração em Segurança pública

Setor Responsável: Gerência de Integração Comunitária e Institucional

Objetivo: Informar, fomentar, compartilhar e socializar conceitos e metodologias das estratégias de gestão integrada na Segurança Pública, com objetivo de sensibilizar e mobilizar atores diversos (PM, PC, CB, Prefeituras, etc.) para a necessidade de adoção destas estratégias em sua

gestão, visando a redução da violência e criminalidade local, nos Municípios Capixabas.

Público-alvo: PM, PC, CB, Prefeituras, Câmaras Municipais.

Resultados Esperados:

- Ter sensibilizado e mobilizado atores diversos (PM, PC, CB, Prefeituras, Câmaras) para a produção e reprodução de boas práticas em gestão integrada na Segurança Pública, observando as atualizações conceituais e metodológicas das estratégias de gestão apreendidas por meio do Seminário.

Possíveis Parceiros: PM, PC, CB, Prefeituras, Câmaras municipais.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Capacitação de Policiais e Servidores Públicos que atuam com violência doméstica

Setor Responsável: Gerência de Proteção à Mulher

Objetivo: Contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelos Policiais Militares e demais servidores que atuam ou possam vir atuar com violência doméstica, visando desenvolver sensibilidade de gênero. Promover o diálogo dos policiais com os diferentes serviços que integram a Rede de serviços para mulheres em situação de violência.

Proporcionar o debate e o entendimento do que se define como violência doméstica e familiar, quais as características da violência de gênero;

Público-alvo: Policiais Militares, Cíveis e demais servidores do Estado do Espírito Santo.

Resultados Esperados:

- O aperfeiçoamento dos serviços prestados pela polícia e demais servidores desses órgãos às mulheres em situação de violência doméstica no Estado do Espírito Santo.

Possíveis Parceiros: NEVID/MPES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e Governo Federal.

Violência, NÃO!

Setor Responsável: Gerência de Proteção à Mulher

Objetivo: Promover por meio dos canais de comunicação, a visibilidade do tema "Violência contra a mulher" para que haja a desnaturalização e eliminação da violência, influenciando na forma de pensar e agir de homens e mulheres independente do gênero. Fomentar a mudança de atitudes e crenças sociais relacionadas a discriminação, desigualdades e inequidades de gênero que sustentam e promovem a violência contra as mulheres.

Público-alvo: Mulheres e homens de todas as idades, raças e etnias, orientações sexuais. Enfim, toda a sociedade capixaba.

Resultados Esperados:

- Gerar uma posição coletiva visível a partir dos diversos níveis de intervenção direta contra esta forma de violência, fortalecendo as respostas sociais e institucionais mais amplas no sentido da prevenção;
- Promover uma mobilização social através das alianças intersetoriais para condenar e repudiar a violência contra as mulheres;
- Fortalecer as redes de mulheres para visibilizar e denunciar a problemática da violência contra as mulheres, além de exigir e incidir na promoção de mudanças nos níveis institucionais e culturais e no trabalho conjunto na prevenção desta violência.

Possíveis Parceiros: Governo Federal, Secretarias do Estado do Espírito Santo, demais instituições públicas e privadas.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual; Governo Federal.

Casa Abrigo Estadual "Maria Cândida Teixeira"

Setor Responsável: Gerência de Proteção à Mulher

Objetivo: Possibilitar às mulheres e seus filhos e filhas, abrigadas na Casa Abrigo Estadual "Maria Cândida Teixeira", acesso a atividades que promovam gradativamente o fortalecimento da sua autoestima, a ampliação de seu nível de entendimento sobre as relações de gênero e desenvolvimento de habilidades manuais, visando resgatar o exercício da cidadania.

Público-alvo: Mulheres e seus filhos (as) em situação de violência doméstica e risco iminente de morte, que se encontram sob intervenção do Programa Casa Abrigo Estadual "Maria Cândida Teixeira", residentes dos municípios do Estado do Espírito Santo e, quando for o caso, moradores de regiões de outros estados da federação.

Resultados Esperados:

- Preservação da integridade física das mulheres e seus filhos(as).

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais; Secretarias de Estado da Saúde, Educação, Assistência Social e Direitos Humanos e Justiça.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e Prefeituras Municipais.

Nova Rede Rádio - FASE 2

Setor Responsável: Telecom/GTIC

Objetivo: Reforma, ampliação e modernização da rede de rádio comunicação da segurança pública do Estado.

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade das comunicações dos órgãos integrantes da segurança pública.

Possíveis Parceiros: PMES, PCES e CBMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Centro de Comando e Controle

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Compra de equipamentos para implantação dos CCO's da PMES (Aracruz, Linhares e São Mateus).

Público-alvo: PMES.

Resultados Esperados:

- Diminuição de gastos com BO e melhoria das estatísticas dos atendimentos efetuados pela PMES na área não coberta pelo CIODES

Possíveis Parceiros: PMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Novos PABX SESP

Setor Responsável: Telecom/GTIC

Objetivo: Contratação de novos PABX para a segurança pública (está sendo elaborado em conjunto com a SEGER).

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Modernização do sistema de telefonia utilizado pelos órgãos de segurança pública e redução de custos de ligações telefônicas institucionais.

Possíveis Parceiros: PMES, PCES e CBMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Fábrica de Software

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Contratação de mão de obra para modernização e produção de sistemas para a SESP.

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Agilizar aparte administrativa e operacional do atendimento das necessidades da SESP e do CIODES.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

PPP/Identidade

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Parceria Pública Privada destinada à modernização da identificação civil e criminal no Estado e elaboração de Plano Diretivo para a identificação civil e criminal no âmbito da PCES.

Público-alvo: Sociedade capixaba

Resultados Esperados:

- Modernização e segurança no processo de emissão das Carteiras de Identidade emitidas no Estado.

Possíveis Parceiros: PRODEST

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Infraestrutura lógica e Elétrica - RP

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Promover reestruturação da infraestrutura lógica e elétrica da SESP.

Público-alvo: Toda segurança pública

Resultados Esperados:

- Modernização das redes de dados dos órgãos da segurança pública.

Possíveis Parceiros: PRODEST.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Certificados Digitais

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Emissão de certificados digitais às agências PMES e PCES (demanda inicial de 1000 certificados para escrivães e delegados).

Público-alvo: PMES e PCES

Resultados Esperados:

- Economia de recursos em razão da eliminação da necessidade de impressões dos procedimentos administrativos e criminais.

Possíveis Parceiros: PRODEST.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Licenças Business Intelligence

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Aquisição de Solução Integrada de Business Intelligence com ferramenta de inteligência de negócio e prestação de serviços de suporte..

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Melhoria na qualidade e abrangência das estatísticas criminais do Estado.

Possíveis Parceiros: IJSN

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: SENASP/MJ.

Antenas Ciodes

Setor Responsável: Telecom/GTIC

Objetivo: Melhorias nas antenas de rádio comunicação para diminuir as interferências na rede da segurança pública.

Público-alvo: SESP.

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade das comunicações dos órgãos integrantes da segurança pública.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Novo GGI/Sala de Crise

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Reforma e ampliação do GGI e adaptação para atendimento das demandas em momentos de Crises.

Público-alvo: SESP.

Resultados Esperados:

- Ambiente adequado a execução das atividades de gerência e monitoramento das situações de crise ocorridas no Estado.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Gerenciamento de Processos de Negócio

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Mapeamento, análise e automatização de processos de negócio.

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Economia, agilidade, eficiência, entre outros, em decorrência da implantação de um sistema informatizado.

Possíveis Parceiros: PRODEST

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Reforma do CIODES-M/Construção CICC Estadual

Setor Responsável: GTIC

Objetivo: Reforma e ampliação do CIODES Metropolitano.

Público-alvo: Toda segurança pública.

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade do ambiente para atendimento das demandas de urgência e emergência relativas à segurança pública.

Possíveis Parceiros: PMES, PCES, CBMES, Guardas Municipais, PRF, PF, MPES, TJES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual; Governo Federal.

Programa Cidade Segura

Setor Responsável: Gerência de Projetos Especiais

Objetivo: promover alianças estratégicas entre Governo do Estado – por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) – e Municípios com foco na implementação de iniciativas integradas de caráter preventivo à violência e criminalidade.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Somatória de esforços, criação e fortalecimento de redes sociais entre diversos atores e parcerias com a comunidade;
- Aperfeiçoamento das ações policiais e sociais nos territórios;
- Obtenção de melhores resultados na segurança e na qualidade de vida da população capixaba.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais; associações de moradores; empresas privadas; órgãos do Governo do Estado; SENASP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

POLÍCIA MILITAR

Processo Eletrônico

Setor Responsável: Divisão de Investigação Sigilosa

Objetivo: Informatizar as rotinas administrativas da Corregedoria.

Público-alvo: Corregedoria e SPAJM.

Resultados Esperados:

- Otimizar as rotinas e procedimentos administrativos da corregedoria.

Possíveis Parceiros: Poder Judiciário e Ministério Público.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Construção do novo Presídio Militar

Setor Responsável: Divisão Corporativa Prisional.

Objetivo: Construção de novas instalações da unidade prisional.

Público-alvo: Militares apenados e Administração.

Resultados Esperados:

- Adequar novas instalações à lei de execução penal.

Possíveis Parceiros: SEJUS, SETOP, DAL, Poder Judiciário e Ministério Público.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Construção de novas Instalações da Corregedoria

Setor Responsável: Divisão Corporativa Operacional.

Objetivo: Construção de novas instalações da Corregedoria.

Público-alvo: Efetivo da Corregedoria e público externo.

Resultados Esperados:

- Melhoria das instalações da Corregedoria visando melhor atendimento ao público interno e à população

Possíveis Parceiros: SETOP/DAL.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Capacitação do efetivo da Corregedoria e SPAJM

Setor Responsável: Divisão Corporativa de Procedimentos Administrativos.

Objetivo: Capacitação profissional do efetivo da Corregedoria e SPAJM.

Público-alvo: Efetivo da Corregedoria e dos SPAJM.

Resultados Esperados:

- Aperfeiçoamento do efetivo da Corregedoria e dos SPAJM com realização de palestras, seminários e cursos com a contratação de profissionais especializados.

Possíveis Parceiros: SEGER, EESP, UFES e Polícia Federal.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Conclusão da obra da nova sede do BME

Setor Responsável: 4ª Seção/BME

Objetivo: Retomar o andamento das obras da nova sede do BME, concluindo a obra, se possível, antes do 30º aniversário do BME, em 03 de setembro de 2016.

Público-alvo: Efetivo do BME e população em geral.

Resultados Esperados:

- Conclusão as obras da nova sede do BME antes do 30º aniversário da Unidade (03/09/2016), realocando o Comando da Unidade junto à tropa.

Possíveis Parceiros: BNDES – IOPES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: PROPAE (Recurso já existente e exclusivo para esse fim).

Reestruturação do parque informacional

Setor Responsável: 4ª Seção/BME

Objetivo: Dotar as companhias e seções do BME de uma rede de informática que suporte as demandas da Unidade, possibilitando um melhor atendimento à população capixaba.

Público-alvo: Efetivo do BME e população em geral.

Resultados Esperados:

- Melhoria na qualidade da rede de informática da PMES e conseqüentemente, maior agilidade no serviço prestado pelo BME, melhorando o atendimento à sociedade capixaba.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Reforma do "stand" de tiro e construção do Centro de Instrução de Missões Especiais

Setor Responsável: 4ª Seção/BME

Objetivo: Dotar o BME de uma estrutura adequada que permita promover cursos, treinamentos e instruções para os militares do próprio batalhão e de outras Unidades da PMES, bem como para servidores de outras instituições como Poder Judiciário, MP, PC, PF e outros, melhorando a prestação de serviço à sociedade capixaba.

Público-alvo: População em geral.

Resultados Esperados:

- Maior aprimoramento técnico-profissional dos militares da PMES, por meio de instruções regulares que transmitam aos militares conhecimentos diferenciados para atendimento de ocorrências de alto risco.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Implantação do "Sistema de Gestão por Indicadores de Desempenho - SIGIDE"

Setor Responsável: 4ª Seção/BME

Objetivo: Melhorar o processo de gestão da Unidade, com base em indicadores e metas a serem cumpridas por cada integrante do BME.

Público-alvo: População em geral.

Resultados Esperados:

- Melhoria na qualidade do serviço prestado pelo BME à população capixaba.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Criação da Seção de saúde no BME

Setor Responsável: 1ª Seção/BME

Objetivo: Melhorar a assistência à saúde dos militares do BME, tanto no cotidiano da Unidade quanto durante os cursos e treinamentos, que, naturalmente, envolvem atividades de risco.

Público-alvo: Efetivo do BME e população em geral.

Resultados Esperados:

- Redução do absenteísmo entre os militares do BME e melhoria na qualidade do atendimento prestado pelo BME à população.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Implantação do Teste de atenção

Setor Responsável: 1ª Seção/BME

Objetivo: Avaliar, diariamente, as condições de cada militar, antes da assunção do serviço, para verificar se o mesmo está em plenas condições de atuar na atividade fim da Unidade.

Público-alvo: Efetivo do BME e população em geral.

Resultados Esperados:

- Melhoria na qualidade do serviço prestado pelo BME à população capixaba.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos:

Ações de prevenção contra o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas em instituições de ensino médio e superior

Setor Responsável: 5ª Seção/BME

Objetivo: Esclarecer o público jovem e potencialmente vulnerável em relação aos riscos inerentes ao uso de drogas ilícitas e abuso do álcool e tabaco.

Público-alvo: Estudantes de 2º e 3º graus das redes pública e particular de ensino.

Resultados Esperados:

- Redução da demanda por drogas lícitas e ilícitas e consequente redução no consumo dessas drogas.

Possíveis Parceiros: SENASP, EB, PF, PC, CBOM, entre outras.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Projeto Terapia Assistida com Cães - Cinoterapia

Setor Responsável: Cia Op Cães/BME

Objetivo: Trabalhar o ser humano de modo geral. Utilizar o cão como um mediador de um processo de equalização físico, mental e social de pessoas com doenças físicas e psicológicas.

Público-alvo: População Capixaba

Resultados Esperados:

- Desenvolvimento de um trabalho social com os fins psicoterápicos, pedagógicos e entre outros, tendo como finalidade a facilitação da recuperação do paciente através do contato com cão.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Projeto Reintegração Social de detentos internos da PMES através do contato com o cão.

Setor Responsável: Cia Op Cães/BME

Objetivo: Auxiliar na recuperação de detentos internos da PMES através do contato com o cão, para que haja uma reinserção social de qualidade por ex-detentos da PMES de modo a contribuir na construção de uma sociedade ideal para o Estado do Espírito Santo.

Público-alvo: População Capixaba

Resultados Esperados:

- Recuperação de detentos internos da PMES por meio da terapia assistida por cães desenvolvendo parâmetros de conduta social com a finalidade de torná-lo apto ao convívio social quando inserido em seu meio.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Policiamento Escolar

Setor Responsável: CPOM - Divisão Corporativa Operacional (coordenação)

Objetivo: Realizar Policiamento Escolar, sobretudo nas Escolas da Rede Pública Estadual.

Público-alvo: Alunos e profissionais de Educação, sobretudo da Rede de Ensino Estadual.

Resultados Esperados:

- Aumento da Sensação de Segurança Pública nos Estabelecimentos de Ensino, sobretudo, da Rede de Ensino Estadual (Prevenção).

Possíveis Parceiros: DDHPC (PROERD), OME especializadas (Palestras e apresentações), Prefeituras da RMGV, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Comunidade Escolar.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Radio Atendimento a Mulheres vítimas de violência doméstica (Policiamento da Mulher)

Setor Responsável: CPOM - Divisão Corporativa Operacional (coordenação)

Objetivo: Realizar visitas tranquilizadoras e atendimento 24 horas/dia a mulheres vítimas de violência doméstica na RMGV, por meio de uma viatura específica por OME subordinada ao CPOM, para esse tipo de atendimento.

Público-alvo: Mulheres da RMGV vítimas de violência doméstica.

Resultados Esperados:

- Controle dos crimes violentos contra as mulheres;
- Inibir a prática de violência contra a mulher, com medida protetiva ou não, por meio de atendimento imediato, 24 horas/dia.

Possíveis Parceiros: Prefeituras da RMGV, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Expansão da Patrulha da Comunidade

Setor Responsável: CPOM - Divisão Corporativa Operacional (coordenação)

Objetivo: Prevenção e interação comunitária nos locais de maior incidência de crimes contra o patrimônio e crimes dolosos contra a vida, nos quadrantes não atendidos pelo projeto. (Cumprir a Diretriz em vigor, bem como ampliar o projeto em 50%).

Público-alvo: Comunidades com maior incidência de crimes contra patrimônio e dolosos contra a vida.

Resultados Esperados:

- Diminuição dos crimes contra o patrimônio e dolosos contra vida.

Possíveis Parceiros: associações comunitárias e associações empresariais e comerciais.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Criação da Seção de Planejamento Operacional, Seção de Estatística e Análise Criminal e Seção de Inteligência

Setor Responsável: CPOM - Divisão Corporativa Operacional (coordenação)

Objetivo: Planejar as ações conjuntas do CPOM, bem como articular as OME subordinadas nas operações policiais; Fornecer dados estatísticos e análise criminais ao CPOM para tomada de decisões e planejamento; e, Suprir o CPOM e suas OME subordinadas de informações, com foco no planejamento de ações e operações.

Público-alvo: Militares estaduais

Resultados Esperados:

- Emprego eficaz dos meios para enfrentamento da violência e criminalidade.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Renovação de Frota da Polícia Militar

Setor Responsável: Diretoria de Administração de Frota (DAF)

Objetivo: Manter os veículos pequenos, médios e motocicletas da PMES com o tempo de uso de no máximo 03 anos.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Renovar a frota e diminuir os custos de manutenção e gastos com combustível.

Possíveis Parceiros: SESP, DETRAN.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e BNDES.

Aquisição de Armamento e Munição

Setor Responsável: Divisão Corporativa de Material Bélico (DAL/3)

Objetivo: Equipar os policiais militares para o fiel cumprimento a sua missão constitucional.

Público-alvo: Unidades da PMES

Resultados Esperados:

- Garantir a efetiva atuação de todo o efetivo da polícia militar em suas atividades de serviço objetivando manter sob efetivo controle o índice de criminalidade no Estado.

Possíveis Parceiros: Exército Brasileiro, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícia Civil.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Aquisição de Equipamentos Policiais e de Segurança Individual

Setor Responsável: Divisão de Logística (CELOG/PMES) – DAL 2

Objetivo: Possibilitar uma maior garantia à integridade física do policial na execução de suas atividades, bem como a preservação da vida do cidadão infrator, melhorando ainda a resposta nas intervenções policiais em ocorrências de risco potencial.

Público-alvo: Unidades da PMES

Resultados Esperados:

- Alcançar melhorias na prestação de serviços de segurança pública por parte da PMES nos 78 municípios capixabas.

Possíveis Parceiros: Prefeituras, DETRAN e demais órgãos do Estado.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Aquisição de Semoventes

Setor Responsável: Comando de Polícia Ostensiva Especializada

Objetivo: Robustecer as ações de policiamento específica ao emprego de equídeos através do Regimento de Polícia Montada (RPMont) e de canídeos pelo Batalhão de Missões Especiais (BME).

Público-alvo: RPMONT, BME e população capixaba

Resultados Esperados:

- Intensificar o policiamento ostensivo especializado, com o policiamento montado e com emprego de cães, aumentando, por

conseguinte a sensação de segurança pública por parte da PMES perante a sociedade capixaba.

Possíveis Parceiros: Prefeituras e órgãos do Estado.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Construção, Reforma e Padronização das Unidades da PMES

Setor Responsável: Divisão de Controle de Imóveis – DAL 2

Objetivo: Atender as diversas demandas relacionadas aos imóveis com instalações das OME da PMES, objetivando assim, com as respectivas construções de novas Unidades ou mediante uma reforma, se venha a obter uma padronização das Unidades da PMES, ampliando e conferindo uma melhor identidade, propiciando ainda um ambiente de trabalho mais adequado ao atendimento ao público.

Público-alvo: Unidades da PMES e população capixaba

Resultados Esperados:

- Fomentar a integração entre a sociedade e a PMES, bem como os demais atores que compõem o sistema de segurança pública, elevando a capacidade de atendimento, de referência e identidade institucional.

Possíveis Parceiros: Prefeituras, órgãos do Estado e empresas privadas.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e parcerias com empresas privadas.

Jornalismo Promocional

Setor Responsável: Diretoria de Comunicação Social

Objetivo: Modificar a forma de publicidade das notícias de interesse da PMES, orientando a apuração de notícias para a promoção das Unidades e projetos sociais/esportivos/operacionais, propiciando além de abastecer os canais de comunicação próprios, também as pautas dos veículos de comunicação externos, públicos e privados.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Modificar a forma de veiculação das notícias da PMES melhorando a imagem institucional tanto dentro quanto fora da corporação;
- Aproximar a DCS dos canais de comunicação para o estímulo de pautas positivas voluntárias, ocupando mais o espaço disponível para a promoção e publicidade da corporação.

Possíveis Parceiros: Veículos de comunicação externos, públicos e privados.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Fanpage Oficial PMES

Setor Responsável: Diretoria de Comunicação Social

Objetivo: Ampliar o alcance das publicações institucionais por esse importante canal de contato direto.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Aumento do alcance das matérias promocionais da PMES em um canal gratuito que possibilita um contato entre a equipe e o público final.

Possíveis Parceiros: DRH, DAL, DF, DTIC/PMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Revista PMES online

Setor Responsável: Diretoria de Comunicação Social

Objetivo: Produzir uma revista mensal para a divulgação das ações e projetos institucionais ao público interno e externo, com espaço para agendas esportivas e sociais, bem como dicas de boa convivência e segurança elaboradas pelos talentos individuais da corporação.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Aumento do alcance das matérias promocionais da PMES em um canal gratuito que possibilita um contato entre a equipe e o público final.

Possíveis Parceiros: DTIC/PMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Mural Digital

Setor Responsável: Diretoria de Comunicação Social

Objetivo: Ferramenta de comunicação interna entre as Diretorias, Comando Geral e o efetivo das Unidades Operacionais, com celeridade e confiabilidade.

Público-alvo: Público interno

Resultados Esperados:

- Celeridade e confiabilidade nos comunicados internos, bem como as publicações oficiais e campanhas de valorização profissional.

Possíveis Parceiros: DTIC/PMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Banco de Imagem Institucional

Setor Responsável: Diretoria de Comunicação Social

Objetivo: Coleta e catalogação de imagens de processos de policiamento bem como de projetos sociais e atividades desenvolvidas pela PMES, a serem utilizadas em campanhas, reportagens e projetos.

Público-alvo: Público interno

Resultados Esperados:

- Oferta de imagens institucionais tratadas profissionalmente e adequadas aos projetos necessários.

Possíveis Parceiros: DTIC, DAL, DF/PMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Ampliação do Programa Educacional de Resitências as Drogas PROERD

Setor Responsável: Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária (DDHPC)

Objetivo: Implementar ações de prevenção primária, visando a redução da violência e criminalidade e o uso/abuso de drogas, por meio de campanhas educativas e a aplicação dos Currículos PROERD.

Público-alvo: Crianças, adolescentes e pais de alunos atendidos pelo PROERD, instrutores do PROERD e população capixaba.

Resultados Esperados:

- Formar 40.000 (dez mil) crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais, entre 04 e 09 anos de idade em 2015 a 2018;
- Formar 200.000 (cinquenta mil) crianças do 5º Ano do Ensino Fundamental, com idade média de 10 anos em 2016;
- Formar 40.000 (dez mil) Adolescentes do 7º Ano do Ensino Fundamental em 2016;
- Formar 8.000 (dois mil) Adultos no Currículo Proerd para Pais em 2016;
- Assegura maior sensação de segurança nas escolas;
- Participação dos professores, pais, alunos e comunidade local na execução do programa;
- Redução de ocorrências envolvendo o uso e abuso de drogas e atos violentos;
- Comunicação direta da PMES com a comunidade, criando um ambiente onde a comunidade possa ser ouvida e ter o feedback, com respostas proativas em relação ao enfrentamento das situações que envolvam o uso e abuso de drogas e atos violentos, praticados por crianças e jovens;
- Adquirir nos quatro anos 60 viaturas para instrutores PROERD.

Possíveis Parceiros: SESP

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Centro Integrado Sul e Centro Integrado Norte

Setor Responsável: Diretoria de Inteligência

Objetivo: Oferecer estrutura e tecnologia para a centralização das decisões estratégicas dos comandos regionais da PMES, composto pelos seguintes órgãos: CPO-Sul e COP-Norte, Corregedoria Seccional Sul e Norte, Ciodes Sul e Norte, Agência Regional Sul de Inteligência.

Público-alvo: Policiais militares e público interno

Resultados Esperados:

- Rapidez na tomada de decisão;
- Melhoria do policiamento;
- Melhoria do atendimento 190;
- Análise regionalizada das demandas e providências necessárias, melhorando a qualidade do serviço prestado pela PMES à população capixaba.

Possíveis Parceiros: Prefeituras municipais.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Recomposição e Manutenção do Efetivo da PMES

Setor Responsável: Diretoria de Recursos Humanos

Objetivo: Recompôr e manter o efetivo ativo da PMES no período de 2015 a 2018.

Público-alvo: Policiais militares e população capixaba

Resultados Esperados:

- Colocar a disposição da sociedade um efetivo satisfatório para a execução da missão constitucional da Polícia Militar.

Possíveis Parceiros: SESP, PGE, SEGER, ACG, DEIP, DAL, Dint, DS/PMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Valorização do Policial Militar

Setor Responsável: Diretoria de Recursos Humanos

Objetivo: Valorizar o profissional policial militar

Público-alvo: Policiais militares e população capixaba

Resultados Esperados:

- Ser reconhecida pela sociedade como instituição pública de referência nacional na área de Segurança Pública e ter um policial militar motivado e comprometido com o bem estar da sociedade.

Possíveis Parceiros: SESP, PGE, SEGER, ESESP, diretorias da PMES.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Digitalização da Comunicação da Região Norte e Noroeste com novas repetidoras

Setor Responsável: Divisão de Comunicação Social

Objetivo: Digitalização da Comunicação rede rádio da PMES das regiões norte e noroeste.

Público-alvo: Público interno e população capixaba

Resultados Esperados:

- Melhoria da comunicação via rede rádio da PMES.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Solução de segurança para estações de trabalho, notebooks e servidores de rede da PMES

Setor Responsável: Divisão de Tecnologia da Informação

Objetivo: Melhorar a segurança dos dados do parque informacional da PMES

Público-alvo: Público interno e população capixaba

Resultados Esperados:

- Melhoria dos serviços ofertados pela PMES

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Solução de Armazenamento e Backup da rede de dados da PMES

Setor Responsável: Divisão de Tecnologia da Informação

Objetivo: Assegurar a guarda dos dados da rede PMES

Público-alvo: Público interno e população capixaba

Resultados Esperados:

- Melhoria dos serviços ofertados pela PMES.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Appliance diagnóstico, coleta, monitoramento e análise de rede

Setor Responsável: Divisão de Tecnologia da Informação

Objetivo: Otimizar o fluxo de dados da rede da PMES

Público-alvo: Público interno e população capixaba

Resultados Esperados:

- Melhoria dos serviços ofertados pela PMES.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual.

Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Promoção e preservação da saúde dos policiais militares

Público-alvo: Policiais militares

Resultados Esperados:

- Prevenção, mapeamento precoce diagnóstica dos agravos à saúde dos policiais militares;
- Constatação dos casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis causados por riscos do trabalho ou quaisquer situações ligadas ao ambiente de trabalho.

Possíveis Parceiros: DRH, DF, Diretoria Administrativa.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e AMEDES.

Ampliação do Serviço de Saúde Mental

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Ampliar o serviço de saúde mental da diretoria de saúde da polícia militar do estado do espírito santo nos diversos níveis de prevenção e identificar as necessidades considerando os aspectos técnicos - estrutura física, equipe multidisciplinar e trabalho importante na implantação e ampliação do serviço de saúde mental na diretoria de saúde.

Público-alvo: Policiais militares e seus dependentes, população com doenças mentais e usuários de álcool e outras drogas.

Resultados Esperados:

- Organizar o serviço de saúde mental;
- Reestruturar a unidade de internação psiquiátrica;
- Criar setor especializado em desintoxicação e construir um espaço para tratamento especializado em dependência química;
- Atender a 100% de assistência integral em saúde mental para a corporação militar e suporte para a comunidade civil conforme demanda;
- Capacitar 100% da equipe que irá trabalhar com saúde mental.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais, SESA, ASPBMES, SESP, ESESP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual e convênios federais.

Ampliação do Programa de Aleitamento Materno

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Atender de forma qualitativa e quantitativa a população em geral, executando todas as atribuições inerentes a um serviço de Banco de Leite Humano, bem como apoiar quaisquer serviços de manutenção da integridade física e emocional, como os serviços de atenção à mulher e à criança.

Público-alvo: Policiais militares e seus dependentes, população capixaba.

Resultados Esperados:

- Construção da área física para o atendimento especializado.

Possíveis Parceiros: Prefeituras Municipais, IOPES, LORENTE, PETROBRAS.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual, Prefeituras Municipais e empresas privadas.

Reestruturação organizacional e de processos do HPM

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão, tornando-a mais eficaz e eficiente, com a obtenção de novas ferramentas de trabalho, sem impacto no quantitativo de cargos e funções.

Público-alvo: Colaboradores da Diretoria de Saúde

Resultados Esperados:

- Rearranjo estrutural do HPM, buscando melhores práticas administrativas, priorizando as missões mais importantes do portfólio do hospital com a finalidade de atingir excelência no atendimento ao paciente.

Possíveis Parceiros: DRH/PMES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Investimento na estrutura física e hidrossanitária

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Reforma da estrutura física e hidrossanitária do HPM.

Público-alvo: Usuários do sistema de saúde do HPM

Resultados Esperados:

- Melhores condições de ambiente para os usuários do sistema, visando atender as instruções que regulam as instituições de saúde, a fim de se ofertar um serviço de qualidade, desejado e de direito da sociedade.

Possíveis Parceiros: IOPES

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Criação de Unidades Básicas de Saúde

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: As UBS são serviços de atenção biopsicossocial especializados que atuam de forma descentralizada, visando os serviços de atendimento ambulatorial. Participam da execução das políticas de promoção de qualidade de vida e prevenção de adoecimentos, além de supervisão e

acompanhamento de campanhas preventivas, ações educativas e demais atividades associadas.

Público-alvo: Policiais militares

Resultados Esperados:

- Atender de forma integral e equânime as necessidades de saúde dos militares;
- Descentralizar as ações de saúde;
- Regionalizar e hierarquizar os serviços de saúde;
- Implantar rede própria de cuidados primários;
- Redimensionar e adequar rede credenciada complementar de serviços de saúde;
- Estabelecer subsistemas de encaminhamento e retorno de pacientes.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Ações Operacionais e de calamidade pública de grande porte

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Suprir as deficiências do Estado nas situações de calamidade pública e dar suporte de atendimento de emergência aos policiais e bombeiros militares empenhados em ocorrências de grande porte.

Público-alvo: População capixaba

Resultados Esperados:

- Efetividade e agilidade do HPM no primeiro atendimento à população diante de situações de calamidade.

Possíveis Parceiros: CBMES, EESP, NOTAER, Defesa Civil.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Capacitação dos Oficiais Militares Especialistas com foco na Gestão Hospitalar

Setor Responsável: Diretoria de Saúde

Objetivo: Capacitar a alta e média gerência da Diretoria de Saúde, composta na sua maioria por Oficiais do Quadro de Saúde, para o desenvolvimento da política, planejamento e gestão da saúde dos profissionais de segurança pública integrantes da Polícia Militar.

Público-alvo: Médicos e servidores do HPM

Resultados Esperados:

- Desenvolver competências administrativas organizacionais para a gestão da saúde dos profissionais da segurança pública, focada na medicina ocupacional e preventiva.

Possíveis Parceiros: DEIP/PMES, ESESP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Formação de Oficiais – CFO

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Formar oficiais para composição do quadro de oficiais combatentes (QOCPM) da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Público-alvo: Candidatos aprovados no concurso público de ingresso

Resultados Esperados:

- Formar oficiais para compor o Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar, aptos para o exercício das funções no nível de gerência técnica e atuação nas Unidades PM distribuídas no território do Estado do Espírito Santo.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Aperfeiçoar oficiais (Capitães PM QOC) para a gestão da segurança pública.

Público-alvo: Capitães aprovados no processo seletivo

Resultados Esperados:

- Aperfeiçoar Capitães a nível de pós graduação lato sensu em gestão da segurança pública.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Superior de Polícia – CSP

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Especializar oficiais superiores para a gestão estratégica da segurança pública

Público-alvo: Oficiais superiores aprovados no processo seletivo

Resultados Esperados:

- Especializar Oficiais Superiores a nível de mestrado profissional em gestão da segurança pública.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Formação de Soldados – CFSd

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Formar soldados PMES para o exercício das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública em todo o Estado do Espírito Santo.

Público-alvo: Candidatos aprovados no concurso público de ingresso

Resultados Esperados:

- Formar soldados PMES para exercício das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Aperfeiçoar 1º Sargentos para exercício das atividades auxiliares.

Público-alvo: 1º Sargentos aprovados no processo seletivo

Resultados Esperados:

- Aperfeiçoar 1º Sargentos dos Quadros Combatente, Músico e Saúde.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização de Cursos de Habilitação de Sargentos – CHS

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Habilitar Sargentos para o exercício das atividades auxiliares.

Público-alvo: Cabos PMES aprovados no processo seletivo

Resultados Esperados:

- Habilitar Cabos PMES para promoção à graduação de 3º Sargento PMES

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Realização do Curso de Adaptação de Oficiais de Saúde – CADOS

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Adaptar Oficiais do Quadro de Saúde recém-empossados.

Público-alvo: Oficiais de Saúde aprovados no concurso público de ingresso e recém-empossados.

Resultados Esperados:

- Adaptar Oficiais do Quadro de Saúde para o exercício de suas atividades na PMES.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Recomposição do acervo da Biblioteca do CFA

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Adquirir livros para integrarem o acervo da biblioteca do CFA

Público-alvo: Alunos, professores, pesquisadores e público usuário da Biblioteca.

Resultados Esperados:

- Disponibilizar fontes de consulta necessárias para o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de segurança pública.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

Publicações da Revista Preleção Publicação Institucional da PMES

Setor Responsável: Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa

Objetivo: Publicar exemplares da Revista contendo artigos de segurança pública

Público-alvo: Agentes de segurança pública, leitores, pesquisadores, alunos, professores.

Resultados Esperados:

- Divulgação e incentivo à pesquisa, focando assuntos ligados à área de segurança pública, subsidiando os estudiosos com informações, conhecimentos e experiências de cunho científico, visando a constante atualização tecnológica e profissional.

Possíveis Parceiros:

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro estadual

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Manter cultura de realização de seminários de planejamento no CBMES

Setor Responsável: Assessoria Estratégica do CBMES

Objetivo: Desenvolver inteligência corporativa e doutrina institucional

Público-alvo: Bombeiros militares

Resultados Esperados:

- Público interno engajado no cumprimento das iniciativas propostas e na manutenção da cultura de realização de seminários de planejamento.

Possíveis Parceiros: SESP, SEGER, ESESP, PRODEST

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual/FUNREBOM

Manter mapa atualizado das competências individuais dos bombeiros identificando as necessidades de especialização em gestão

Setor Responsável: BM/1

Objetivo: Contratar/Capacitar/Desenvolver servidor e desenvolver inteligência corporativa e doutrina institucional.

Público-alvo: Interno

Resultados Esperados:

- Otimização do capital humano da instituição; melhor utilização dos recursos financeiros para capacitação.

Possíveis Parceiros: SESP; SEGER.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM

Desenvolver programas institucionais de capacitação dos diversos cursos de atualização/extensão/especialização voltados para as ações bombeiro militar

Setor Responsável: BM/1

Objetivo: Contratar/Capacitar/Desenvolver servidor.

Público-alvo: Interno

Resultados Esperados:

- Melhor atendimento à sociedade através do aperfeiçoamento das competências individuais dos bombeiros militares.

Possíveis Parceiros: SESP; SEGER.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM

Desenvolver estudo e implantar alternativas e políticas de promoção da saúde do profissional bombeiro militar

Setor Responsável: BM/1

Objetivo: Valorizar o profissional e promover a saúde do bombeiro militar.

Público-alvo: Interno

Resultados Esperados:

- Possibilitar ao bombeiro militar e seus dependentes condições que auxiliem à promoção da saúde.

Possíveis Parceiros: SESP; SEGER; SESA; HPM; Instituições Públicas e Privadas de promoção da saúde e Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM / Instituições parceiras

Modernizar a Estrutura Organizacional

Setor Responsável: BM/1

Objetivo: Criar nova estrutura organizacional do CBMES com intuito de modernizar, simplificar e agilizar a atuação operacional e administrativa, além de desenvolver a inteligência corporativa na instituição..

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- O CBMES possuirá uma estrutura organizacional mais ágil e moderna, simplificando e melhorando sua articulação setorial, minimizando processos, desenvolvendo a inteligência corporativa e melhorando a resposta operacional.

Possíveis Parceiros: SESP; PGE; SEGER; stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM

Construir e Inaugurar o Centro de Treinamento de Bombeiros e Defesa Civil

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humanos, de tempo, instalações e equipamentos para treinamento, capacitação, formação e aperfeiçoamento de bombeiros e de Defesa Civil.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade do ambiente de trabalho;
- Aumento da eficiência nos treinamentos;
- Viabilização de simulações dos principais cenários operacionais enfrentados por Bombeiros e pela Defesa Civil.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPES; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos.

Construir e inaugurar a nova sede do Centro de Atividades Técnicas do CBMES

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humano, de tempo, instalações e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços relacionados ao Sistema de Prevenção Contra Incêndio e Pânico e à Perícia de Incêndio e Explosões.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à prestação de serviços relacionados ao Sistema de Prevenção Contra Incêndio e Pânico e à Perícia de Incêndio e Explosões;
- Modernização da estrutura organizacional; melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas e aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPES; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos

Construir e inaugurar a Unidade Padrão do CBMES em Cachoeiro do Itapemirim

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humano, de tempo, instalações, viaturas e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços operacionais do CBMES nos municípios da área de atuação da futura unidade.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à emergência;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas
- Aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPES; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos

Construir e inaugurar a Unidade Padrão do CBMES em São Mateus

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humano, de tempo, instalações, viaturas e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços operacionais do CBMES nos municípios da área de atuação da futura unidade.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à emergência;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas;
- Aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPEs; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos.

Construir e inaugurar a Unidade Padrão do CBMES em Venda Nova do Imigrante

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humano, de tempo, instalações, viaturas e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços operacionais do CBMES nos municípios da área de atuação da futura unidade.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à emergência;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas;
- Aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPEs; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos

Construir e inaugurar a Unidade Padrão do CBMES em Serra

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humanos, de tempo, instalações, viaturas e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços operacionais do CBMES nos municípios da área de atuação da futura unidade.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à emergência;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas;
- Aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPEs; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos

Construir e inaugurar a Unidade Padrão do CBMES em Vila Velha

Setor Responsável: Núcleo de Projetos da Assessoria Estratégica do CBMES.

Objetivo: Disponibilizar recursos humanos, de tempo, instalações, viaturas e equipamentos para viabilizar a prestação de serviços operacionais do CBMES nos municípios da área de atuação da futura unidade.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Modernização e ampliação da capacidade de resposta à emergência;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Melhoria da satisfação dos cidadãos e empresas;

- Aumento da segurança da sociedade, das pessoas, de seus bens e do meio ambiente.

Possíveis Parceiros: SESP; IOPEs; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNREBOM / outras fontes de captação de recursos

Reestruturar e fortalecer o serviço de perícia de incêndio e explosões

Setor Responsável: Centro de Atividades Técnicas.

Objetivo: Fortalecer a perícia de incêndio e explosões.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Fortalecimento do serviço de perícia de incêndio e explosões e melhoria do ciclo operacional bombeiro.

Possíveis Parceiros: SESP; SEGER; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM / Instituições parceiras.

Implementar sistema de alerta e alarme em parceria com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil

Setor Responsável: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Objetivo: Ampliar e modernizar o Sistema de Proteção e Defesa Civil.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Ampliação e promoção da cultura de proteção e de defesa civil;
- Modernização e ampliação do Sistema de Proteção e Defesa Civil.

Possíveis Parceiros: SESP; COMPDECs; Unidades BM operacionais; REPDECs; Prefeituras Municipais envolvidas.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNPDEC.

Estruturar sistemas de informação capazes de integrar as ações de Proteção e Defesa Civil junto aos municípios e demais órgãos

Setor Responsável: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Objetivo: Estruturar sistema de informação capaz de integrar as ações do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil junto às Defesas Cíveis dos municípios e demais órgãos envolvidos, de forma a subsidiar a prevenção, mitigação, preparação e resposta ao desastre.

Público-alvo: Interno e Externo

Resultados Esperados:

- Ampliação e promoção da cultura de proteção e de defesa civil;
- Modernização e ampliação do Sistema de Proteção e Defesa Civil.

Possíveis Parceiros: SESP; COMPDECs; Unidades BM operacionais; REPDECs; Prefeituras Municipais envolvidas.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: FUNPDEC

Desburocratizar e simplificar o serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico

Setor Responsável: Centro de Atividades Técnicas.

Objetivo: Aperfeiçoar o Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico (SISCIP).

Público-alvo: Externo

Resultados Esperados:

- Melhoria do atendimento prestado;
- Aperfeiçoamento e atualização da ferramenta SIAT.

Possíveis Parceiros: SESP; PRODEST; CREA; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM.

Desenvolver a atividade de fiscalização do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico, mapeando processos e realizando operações

Setor Responsável: Centro de Atividades Técnicas.

Objetivo: Aperfeiçoar o Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Público-alvo: Externo

Resultados Esperados:

- Aumento da segurança das pessoas e dos bens.

Possíveis Parceiros: SESP; PRODEST; CREA; Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM.

Definir política de atuação do serviço de salvamento aquático

Setor Responsável: Diretoria de Operações.

Objetivo: Modernizar e ampliar capacidade de resposta à emergência.

Público-alvo: Externo

Resultados Esperados:

- Redução do número de afogamentos.

Possíveis Parceiros: SESP; SEGER; PGE; Municípios; e Stakeholders.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Tesouro Estadual / FUNREBOM / Instituições parceiras.

POLÍCIA CIVIL

Qualidade de vida do servidor

Setor Responsável: Divisão de Promoção Social.

Objetivo: Estabelecer políticas de promoção da Saúde física de psicológica do Policia Civil através da realização de pesquisas de clima organizacional e promoção de boas praticas ocupacionais.

Público-alvo: Policiais Civis

Resultados Esperados:

- Melhoria da qualidade de vida do servidor;
- Melhoria do ambiente de trabalho e do clima organizacional;
- Melhoria da produtividade da Polícia Civil.

Possíveis Parceiros: DAGE; EESP; UFES; SENASP; SESP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Qualidade no atendimento ao cidadão

Setor Responsável: Departamento de Administração Geral e Chefia de Polícia.

Objetivo: Construção, reforma e ampliação das Unidades de Policia com a infraestrutura adequada ao desenvolvimento profissional e ao atendimento a população.

Público-alvo: Policiais Civis e população.

Resultados Esperados:

- Estrutura física adequada as atividades de polícia;
- Melhoria no atendimento a população;
- Melhoria da produtividade da Polícia Civil.

Possíveis Parceiros: SESP; Governo Federal.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Formação e capacitação continuada de gestores

Setor Responsável: Gabinete da Chefia de Polícia.

Objetivo: Fomento a capacitação continuada de gestores; Monitoramento da gestão das Unidades Policiais; Avaliação das atividades de gestão; acompanhamento e monitoramento dos indicadores de gestão da PCES.

Público-alvo: Gestores, Chefes de Departamento, Coordenadores e demais policiais.

Resultados Esperados:

- Melhoria dos processos de gestão;
- Implantação eficiente das ações estratégicas da instituição;
- Aumento da resolutividade dos inquéritos e melhoria da prova pericial.

Possíveis Parceiros: SESP; Governo Federal/ESESP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Projeto de interação com a comunidade

Setor Responsável: Superintendência de Polícia Metropolitana, Superintendência de Polícia Especializada e Superintendência de Polícia do Interior - Norte e Sul.

Objetivo: Reduzir o número de crimes letais intencionais; qualificação da investigação policial nas Delegacias Distritais.

Público-alvo: Gestores, Chefes de Departamento, Coordenadores e demais policiais.

Resultados Esperados:

- Redução dos números de crimes letais intencionais;
- Fortalecimento da atividade policial;

- Aumento da produtividade nas Unidades de Polícia.

Possíveis Parceiros: SESP; Governo Federal/SENASP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Interligação das Unidades de Polícia Civil em rede

Setor Responsável: SUTIC e Gabinete da Chefia de Polícia.

Objetivo: Promover o compartilhamento de informações como instrumento estratégico entre as superintendências e demais órgãos de segurança pública.

Público-alvo: Gestores, Chefes de Departamento, Coordenadores e demais policiais.

Resultados Esperados:

- Melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação da PCES;
- Modernização da tecnologia.

Possíveis Parceiros: SESP; Governo Federal/SENASP.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Reestruturação da SPRM

Setor Responsável: Superintendência Regional de Polícia Metropolitana.

Objetivo: Resgatar a qualidade da investigação policial; melhoria do atendimento ao cidadão; maior resolutividade das ocorrências presenciais.

Público-alvo: Gestores, Chefes de Departamento, Coordenadores e demais policiais e população.

Resultados Esperados:

- Eficiência na investigação policial;
- Melhoria do atendimento ao cidadão;
- Integração com a comunidade;

- Redução dos índices de criminalidade e violência.

Possíveis Parceiros: Gestores, policiais e população.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Valorização da identidade da Polícia Civil e atividade policial

Setor Responsável: Gabinete da Chefia de Polícia.

Objetivo: Melhoria da imagem institucional e valorização da identidade profissional.

Público-alvo: Gestores, Chefes de Departamento e população.

Resultados Esperados:

- Melhoria da imagem da Polícia Civil, consolidação e acessibilidade aos serviços de Polícia Civil;
- Aproximação com a comunidade;
- Melhoria do acolhimento a população.

Possíveis Parceiros: Gestores, policiais e população.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: SESP; Governo Federal.

Redução da violência contra a mulher

Setor Responsável: Superintendência Regional de Polícia Metropolitana.

Objetivo: Desenvolver, fortalecer e consolidar as atividades de diagnóstico, mapeamento e repressão qualificada à violência contra mulheres.

Público-alvo: Sociedade (foco principal nas mulheres) .

Resultados Esperados:

- Aumento da solução de ocorrências presenciais;
- Qualificação da investigação policial nas Delegacias de atendimento a mulher.

Possíveis Parceiros: SESP, ESESP, Governo Federal.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.

Projeto Homem que é Homem

Setor Responsável: SPRM e DPAMS.

Objetivo: Redução da violência contra a mulher.

Público-alvo: Homens que praticaram violência doméstica contra a mulher.

Resultados Esperados:

- Redução da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Possíveis Parceiros: SESP; SENASP; outros órgãos de Segurança Pública e Justiça.

Possíveis Fontes de Recursos ou Financiamentos: Governo Federal; Governo Estadual; Bancos e Instituições financeiras nacionais e internacionais; outras fontes legais de recursos.